

Izabel Cristina Barbelli

ANEXO AO PROCESSO Nº 947/2003

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DEFESA - 19/12/2005

**A Interpretação na Psicanálise Freudiana:
Uma Abordagem Epistemológica**

**Marília
2005**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

IZABEL CRISTINA BARBELLI

**A INTERPRETAÇÃO NA PSICANÁLISE FREUDIANA:
UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA**

Marília
2005



IZABEL CRISTINA BARBELLI

1410001799



**A INTERPRETAÇÃO NA PSICANÁLISE FREUDIANA:
UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Área de Concentração: Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica).

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. *Carmen Beatriz Milidoni*

Co-Orientador: Prof. Dr. *Jonas Gonçalves Coelho*

**Marília
2005**



UM001418881

40104001

Nº cham. 150.1952
B233i

Nº Tombo 1799

Aquisição D

Preço R\$ 5.00

Data 10/02/06

Proced. autor

78 p.

- Freud, Sigmund - 1856-1939
- Psicanálise
- Epistemologia
- Hermenêutica

Barbelli, Izabel Cristina
B233i A interpretação na psicanálise freudiana: uma abordagem
epistemológica / Izabel Cristina Barbelli – Marília, 2005.
78 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de
Filosofia e Ciências -- Universidade Estadual Paulista,
2005.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Beatriz Milidoni
Bibliografia: f. 75-78.

1. Psicanálise. 2. Epistemologia. 3. Interpretação.
I. Autor. II. Título.

CDD 150.192



BANCA EXAMINADORA

Orientadora:

Profª. Dra. Carmen Beatriz Milidoni (Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Marília)

Presidente e Co-Orientador:

Prof. Dr. Jonas Gonçalves Coelho (Faculdade de Arquitetura e Artes – UNESP - Bauru)

1º Examinador:

Prof. Dr. Richard Theisen Simanke (Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências - UFSCAR)

2º Examinador:

Prof. Dr. Alfredo Pereira Júnior (Instituto de Biociências - UNESP - Botucatu)

3º Examinador (Suplente):

Prof. Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira (Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP Marília)

4º Examinadora (Suplente):

Profª. Dra. Cássia Regina Rodrigues Vargas (Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA)



MEMÓRIA

Dedico este trabalho:

à

BETTY MILIDONI

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente à minha mãe Dolores, pelo carinho, apoio e incentivo de sempre.

À querida Betty (Carmen Beatriz Milidoni), minha orientadora, pela amizade e humildade com que compartilha seus conhecimentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unesp – Campus de Marília, especialmente à Maria da Graça Chamma Ferraz e Ferraz, ao Antonio Trajano de Menezes Arruda, ao Lauro Frederico Barbosa da Silveira, ao Alfredo Pereira Júnior, à Isabel Maria Loureiro, à Maria Candida Soares Del Masso, à Mariana Claudia Broens e à Maria Eunice Quilici Gonzalez.

Aos meus interlocutores (e amigos) que contribuíram para a realização deste trabalho: ao José Luís da Silva, à Maria Amélia de Carvalho, à Odete Maria Cordeiro, ao Sinomar Ferreira do Rio, à Amélia de Jesus Oliveira e, em especial, ao Johnny Marques de Jesus, pelas ricas discussões.

Ao professor Dr. Jonas Gonçalves Coelho, pela Co-Orientação e colaboração na fase final deste trabalho.

Ao professor Dr. Richard Theisen Simanke (UFSCAR), pelas sugestões e por ter participado da banca de qualificação e de defesa deste trabalho.

À Edna Bonini (Departamento de Filosofia) pela atenção e dedicação de sempre.

À CAPES, pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Finalmente, aos melhores frutos colhidos durante este percurso: *“Amigo é coisa para se guardar, debaixo de sete chaves, dentro do coração...”*: Maria Amélia, Paula, Odete, Patrik, Sinomar, Zé Luís, Teresa, Luiz Henrique, Felipe, Luciano, Daniel, João Luís, Adilson, Paulo Soares, Wilson, Emílio, Alessandra, Paulo Lustosa, Vicente, Léia, Amélia, Sandro, Max, Selma...

RESUMO

Nesta dissertação propomos uma abordagem epistemológica da interpretação na psicanálise freudiana. Para alcançarmos nosso objetivo partiremos da hipótese de que a interpretação é um dos elementos fundamentais que caracterizam o estatuto epistemológico desta psicanálise. De fato, Freud, apesar de ter considerado a psicanálise como uma ciência natural, não restringe seu tratamento dos fenômenos psíquicos e endopsíquicos a uma mera análise objetiva tal como feita pelas ciências empíricas, as quais pretendem tratar seus objetos como uma realidade externa ao pesquisador; nesse sentido, ele sente necessidade de criar novas condições experimentais e teóricas para conseguir lidar com as dimensões intencional e causal em que se processa a dinâmica mental humana. É aqui que entra a interpretação enquanto instrumento de compreensão desta última, já que as relações de força (dimensão causal) processadas no sistema psíquico são explicadas mediante a compreensão, adquirida através da interpretação, das estruturas ambíguas de duplo sentido (dimensão intencional) deste mesmo sistema, e vice-versa.

Palavras-chave: Psicanálise – Interpretação – Epistemologia – Energética – Hermenêutica.

ABSTRACT

In this dissertation, we propose an epistemological approach to the Freudian psychoanalysis's interpretation. To reach our goal, we started with the hypothesis that interpretation is one of the fundamental elements characterizing the epistemological state of psychoanalysis. In fact, although considering psychoanalysis as a natural science, Freud doesn't restrict the treatment of both psychic and endopsychic phenomena to a mere objective analysis as the empirical sciences have done, treating their objects as a researcher's external reality. In this sense, Freud feels that is necessary to create new experimental and theoretical conditions to manage the intentional and causal dimensions in which the human mental dynamics are processed. In this point the interpretation has been brought as an instrument to comprehend the human mental dynamics, since the strength relations (causal dimension) processed in the psychic system are explained by the comprehension, which is acquired by means of interpretation, of the ambiguous structures of double-meaning (intentional dimension) of that same system, and *vice versa*.

Key-words: Psychoanalysis, Interpretation, Epistemology, Energetic, Hermeneutic.



A INTERPRETAÇÃO NA PSICANÁLISE FREUDIANA: UMA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
 CAPÍTULO 1- O ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DA PSICANÁLISE	13
1.1 A especificidade da psicanálise enquanto ciência	14
1.2 As hipóteses psicanalíticas e seus níveis: a teoria da defesa.....	21
1.3 A metapsicologia	26
 CAPÍTULO 2 - PSICANÁLISE FREUDIANA: ENERGÉTICA E HERMENÊUTICA.....	31
2.1 O ponto de vista energético	32
2.2 Energética e hermenêutica: o conceito de pulsão	40
2.3 A hermenêutica como teoria da interpretação: a semântica do signo e do símbolo.....	46
 CAPÍTULO 3 - A INTERPRETAÇÃO NA PSICANÁLISE	53
3.1 Interpretação em psicanálise: exploração de sentidos	54
3.2 A interpretação como exercício da suspeita.....	59
3.3 A interpretação como o trabalho de decifração do sonho.....	64
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75



INTRODUÇÃO

O advento da psicanálise freudiana sugeriu uma revisão dos paradigmas epistemológicos das ciências de seu tempo no que se refere ao estudo do ser humano, não no sentido de que as ciências já existentes foram impelidas a se reestruturarem epistemologicamente a fim de serem bem empregadas no estudo da mente humana, mas no de que as dificuldades epistêmicas com que se deparou a psicanálise tornaram necessária a busca de uma peculiar epistemologia para lidar de forma mais eficaz com a mente humana, já que as ciências já constituídas não satisfaziam plenamente as condições de pesquisa desta última.

As controvérsias entre Freud e Breuer deixam explícito que aquele compreendia que a estrutura ontológica da mente humana não podia ser tratada e concebida como um puro sistema físico-químico objetivamente experimentável, cujas leis de comportamento podiam ser representadas fielmente apenas por uma racionalidade lógico-matemática. Era necessário buscar um novo tipo de racionalidade epistêmica que empregasse métodos melhor adaptados à busca das causas e dos motivos da patologia mental não em processos fisiológicos, mas em processos psicológicos, especialmente aqueles de natureza inconsciente.

Esta busca por um novo tipo de racionalidade epistêmica, caracterizou-se por complementar, de maneira reestruturadora, a epistemologia das ciências empíricas com um sistema epistemológico hermenêutico, cuja análise elucidativa recairá não em uma dimensão causal constituída por mecanismos energéticos e pulsionais, mas em uma dimensão intencional constituída por estruturas ambíguas de significação, cujo processo fenomênico sobrepõe-se sobre aqueles mecanismos energéticos.

Contudo, a revisão epistêmica sugerida pela psicanálise freudiana, ao invés de se desenvolver tranqüilamente no sentido da implantação irrefutável de um sistema epistemológico sólido quanto ao seus estatuto semântico (ressalta-se aqui que Freud

acreditava que a psicanálise era ciência natural), trouxe diversas controvérsias no plano das análises epistemológicas posteriores sobre a cientificidade da psicanálise. Contemporaneamente, a situação destas análises não apresenta um consenso geral, mas um rico ambiente de tensão matizado por diferentes perspectivas, como veremos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Nesse sentido, procuraremos contribuir com esta discussão através da abordagem do elemento interpretativo da epistemologia freudiana. Isto porque, para se entender o tipo de cientificidade da psicanálise, é necessário caracterizar seus instrumentos teórico-metodológicos a fim de compará-los à epistemologia das ciências empíricas, caracterização esta que passa pela análise do papel da interpretação na psicanálise. Contudo, não iremos procurar aqui uma definição a respeito dessa cientificidade, mas apenas explicitar alguns aspectos epistêmicos da interpretação psicanalítica, de cujo conhecimento é necessário a todo estudioso que queira fazer a comparação mencionada.

Portanto, nosso objetivo é compreender o significado da interpretação na epistemologia freudiana. Seguindo o raciocínio de Monzani (1989), o viés de nossa investigação orientar-se-á em um trabalho de análise das idéias, que procura desvelar as articulações que comandam a estrutura da teoria psicanalítica e seu estatuto epistemológico. O que estará em questão não será em que medida a interpretação psicanalítica é eficiente em sua representação conceitual do sistema mental, mas sim qual é a função da interpretação na epistemologia em questão, isto é, qual é o seu papel na construção do conhecimento psicanalítico. Para tanto, nossa abordagem terá como foco um estudo do modo como a interpretação se articula com a dimensão prática e teórica próprias à psicanálise. Este estudo exige um outro simultâneo estudo sobre a articulação entre epistemologia e ontologia, pois é nessa articulação que a interpretação faz sentido.

Consideraremos primeiramente em nossa investigação o estatuto epistemológico da psicanálise (capítulo 1), a fim de buscarmos compreender: (1.1) em que medida as características peculiares da psicanálise permitem a categorização desta no gênero ‘ciência’; (1.2) analisaremos as características gerais das hipóteses psicanalíticas, a partir da abordagem da teoria da defesa; e, por fim, (1.3) as características gerais da metapsicologia. O objetivo geral deste primeiro passo de nosso estudo é explicitar alguns aspectos da dimensão teórica psicanalítica e de seu correlato ontológico, a fim de posteriormente (no capítulo 3) articulá-los mais explicitamente à interpretação.

Num segundo momento (capítulo 2), trataremos de alguns aspectos da dimensão prática psicanalítica, a partir dos conceitos de *Energética* e de *Hermenêutica*. Discutiremos, a princípio, o ponto de vista energético, a fim de caracterizarmos um sistema mecânico de forças (plano ontológico do sistema psíquico) que irá tanto estimular o processo hermenêutico quanto estar sob sua análise. A seguir, estudaremos o conceito de pulsão, conceito este que ilustra, de maneira exemplar, a categoria de “conceito metapsicológico”, expressando por um lado um viés energético e por outro, uma hermenêutica. E, por último, discorreremos sobre a hermenêutica como teoria da interpretação, sendo que o nosso enfoque será dado à semântica do signo e do símbolo.

Por fim abordaremos o que é a interpretação na psicanálise, buscando compreender melhor como as dimensões teórica e prática desta última se articulam com aquela interpretação, de modo a entender qual é o papel dela na constituição da epistemologia e da ontologia freudianas. Para tanto, inicialmente estudaremos a maneira com que a interpretação explora os sentidos do funcionamento mental. A seguir, aprofundaremos esse estudo considerando a interpretação como um exercício da suspeita. E, por fim, veremos como se processa aquela exploração e este exercício no âmbito da análise dos sonhos.



Embora o desenvolvimento desse estudo ressalte, primeiramente, a dimensão teórica, em segundo lugar, a dimensão prática e por último, ambas consideradas conjuntamente, isso não quer dizer que seja possível abordar uma destas dimensões sem necessária e simultaneamente abordar a outra, mas apenas que, visando uma maior inteligibilidade, procuramos distinguir as partes epistemológicas que integram a psicanálise freudiana.



CAPÍTULO 1

O ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DA PSICANÁLISE



1.1 A ESPECIFICIDADE DA PSICANÁLISE ENQUANTO CIÊNCIA

No âmago do termo ‘psicanálise’ reside um pressuposto epistêmico que pretende lhe imprimir uma tendência de aproximação racional e metódica do objeto a que diz respeito; qual seja: o de que se busca uma compreensão verdadeira acerca do psiquismo humano, o que equívale a dizer que, na esteira da tradição do ocidente no que se refere à busca da verdade, deve-se estruturar uma ciência do referido psiquismo, segundo uma sistematização analítica tal qual aquela que se encontra nas pesquisas das ciências bem sucedidas, isto é, das ciências naturais e formais. O próprio Freud, ao nomear o tipo de investigação que havia inaugurado com o termo ‘psicanálise,’ tinha em mente uma teoria e uma metodologia que surgiram enquanto ramificação da ciência natural, isto é, o âmbito de ambas estava sob a categoria da ciência natural. Contudo, o desenvolvimento da psicanálise freudiana suscitou análises filosóficas nas quais, da sua estrutura epistemológica foram evidenciados um arcabouço lógico-conceitual e uma metodologia que apresentavam profundas dessemelhanças em relação às ciências tipicamente naturais, fato este que apresenta a problemática essencial da psicanálise, já que levou muitos estudiosos a negarem a existência de uma cientificidade nesta última, ou restringi-la ao campo das ciências humanas.

Atualmente, atesta-se ainda o decurso das referidas análises, já que o caráter problemático da psicanálise cria intrincados obstáculos ao exame conceitual dos estudiosos sobre o assunto.

Em vista disso, pretendemos aqui fazer algumas reflexões iniciais a respeito da natureza epistemológica da psicanálise freudiana a fim de prepararmos o terreno, para nos posteriores capítulos, nos aprofundarmos um pouco na textura lógica que caracteriza este saber teórico-prático.



De início, é preciso considerar que há um complicador que está estreitamente vinculado ao panorama histórico no qual a psicanálise freudiana constituiu-se, a saber, um período de grandes revoluções no contexto científico do século XIX suscitadas pela emergência de saberes referentes à esfera do humano e sua história (as ciências humanas), os quais se instauraram conflituosamente em relação às ciências tradicionais da época:

[...] no momento em que a psicanálise freudiana emerge para a cientificidade, deveria ver-se confrontada com a questão imediata de seu lugar num tabuleiro que este longo processo constituiria. A emergência ao saber devia responder a interpelação preliminar. Quando Freud intitula a psicanálise de “ciência da natureza”, percebemos que respondia a essa interpelação, na medida em que o “quem sou?” pelo qual um saber anunciava sua identidade estava, de fato, em condições de responder à questão forjada pela história, lá lembrada por nós: “És ciência da natureza ou do espírito”? (ASSOUN, 1983, p.48)

Neste contexto, quando surge a psicanálise, imediatamente evidencia-se uma acentuada singularidade devido à composição investigativa sobre a qual ela está estruturada: boa parte da elaboração da psicanálise pretende se assentar, a princípio, nos estudos neurofisiológicos, que inclinam Freud a conceber a mente física e quimicamente, o que o afasta do tradicional dualismo para aproximá-lo de um monismo estratificado que imprime na psicanálise um caráter científico. Um exemplo privilegiado desta tendência está no manuscrito – desconhecido na época, já que fazia parte da correspondência privada entre Freud e Fliess – *Projeto de uma psicologia*, de 1895¹. Todavia, à psicanálise foram adequados conceitos mentais retirados de uma hermenêutica implícita nas investigações de Freud que tinham como âmbito a prática clínica.

Deste quadro decorre a seguinte questão: trata-se na psicanálise de uma explicação², de uma interpretação³ ou de ambas? Consideremos algumas das diferentes

¹ As obras de Sigmund Freud lidas na tradução da Edição Standard Brasileira foram cotejadas com as correspondentes obras da tradução Argentina da Editora Amorrortu (Buenos Aires, 1976).

² No sentido de se apontarem as causas de um processo, subentendendo-se a sujeição das mesmas a uma lei geral.

³ No contexto de uma compreensão do sentido de uma manifestação psíquica.

perspectivas para se responder a esta pergunta, em particular, as análises de Assoun (1983) e de Ricoeur (1977), autores que retratam bem a questão.

Assoun considera a psicanálise como uma ciência natural:

“Não há lugar para dicotomizarmos a *démarche* psicanalítica em uma parte *explicativa* (na linha das ciências da natureza) e em outra *interpretativa* (na linha de qualquer ciência humana). Isto significaria interiorizarmos a distinção. Não somente a psicanálise é ciência da natureza, como não se prolonga, pelo menos se levarmos a sério a tese freudiana, de uma dimensão hermenêutica.” (ASSOUN, 1983, p.48)

Deste posicionamento conceitual de Assoun (1983), o primeiro ponto a ser destacado confere à psicanálise um caráter epistêmico cuja origem não se encontra na linha investigativa concernente à interpretação típica das ciências humanas (hermenêutica), e nem tal caráter constitui-se da mesma linha interpretativa. Este quadro assim se apresenta pois, está estritamente vinculado a uma peculiaridade própria à racionalidade epistêmica em que se fundamenta a psicanálise; na história da psicanálise pode-se ver a estruturação de uma ciência munida dos necessários conceitos fundamentais que toda ciência natural deve ter, e na qual emerge um ponto de vista interpretativo – fundamentado na análise clínica –, que de forma alguma resulta numa reconfiguração da identidade desta ciência.

Para compreendermos melhor esta concepção de Assoun (1983), vejamos como ele ressitua o termo alemão *Deutung*. Segundo ele a *Deutung* [interpretação] freudiana não está dissociada da *erklären* [explicação], e a interpretação deve ser entendida como uma variante da explicação.

Um dos fatos que levaram Assoun (1983) a tirar tal conclusão reside em que o processo psicanalítico, o qual se compõe, de um lado, por um conteúdo manifesto e, de outro, por um conteúdo latente, não comporta senão um procedimento intelectual, cujo, direcionamento figura uma explicação efetuada segundo um modo interpretativo. Isto é, na

psicanálise o processo investigativo estrutura-se num esquema causal⁴ em que se faz necessária uma interpretação a respeito da função significante das associações oníricas, o que implica numa concomitante explicação busca de compreensão e elucidação do conteúdo latente, o qual por sua vez participa da constituição destas últimas.

Diferentemente de Assoun, Paul Ricoeur coloca a psicanálise freudiana do lado das ciências humanas (1977,p.286): “Não, a psicanálise não é uma ciência de observação, porque é uma interpretação, mais comparável à história do que à psicologia”. Segundo este filósofo, justamente por ser o campo investigativo da psicanálise o aparelho psíquico, não é possível conceber um modelo explicativo causal no processo epistêmico da mesma, uma vez que, em se tratando de processos mentais, tem-se uma condição da qual não se pode extrair causas, mas sim motivos. Entretanto, é possível entrever uma semelhança entre explicação psicanalítica e explicação causal (típica das ciências da natureza) – muito embora ambas jamais se confundam –, pois o que se quer apreender na primeira refere-se ao que está subjacente, mais especificamente enquanto motivo e não enquanto causa, dos conteúdos manifestos conscientemente. Caso se queira determinar um juízo universal referente à causa eficiente de uma dada espécie de patologia mental, tal como analogamente se faz quando de uma explicação científica, a tentativa resultará num comprometimento das conclusões da análise psicanalítica, porque estas serão perigosamente reificadas e estarão alienadas de uma interpretação específica para a peculiaridade de cada caso clínico, a partir da qual se obtêm os motivos e não as causas previsíveis dos distúrbios mentais.

Portanto, as considerações feitas até aqui nos apresentam duas noções distintas acerca do estatuto epistemológico da psicanálise, a saber: de um lado, temos Assoun (1978) concebendo uma *démarche* homogênea fundamentada na singularidade da psicanálise caracterizada por um tipo de racionalidade investigativa em que a explicação de modo algum

⁴ Não necessariamente comprometido, aqui com leis. Tratar-se-ia mais, pensamos nós, de uma causalidade singular.



se encontra apartada da interpretação; por outro lado, Ricoeur posiciona-se em relação a tal estatuto considerando-o essencialmente calcado num modelo interpretativo, segundo o qual uma explicação do tipo causal implicando leis gerais está fora de cogitação. Se se fizesse apelo a alguma explicação do tipo causal, tratar-se-ia, em todo caso, de uma causalidade singular. Isto é o que assemelharia a psicanálise à história.⁵

Neste contexto, delineamos um quadro de referência baseado nas diferentes posições conceituais entre os autores em questão através do qual pretendemos discutir à seguinte questão: há uma especificidade da psicanálise dentro do contexto científico? Considerando-se que esta, ainda nos dias atuais, sofre constantes questionamentos em função de apresentar uma condição de ser peculiar no que se refere ao “caráter científico”, uma vez que não está estruturada estritamente de acordo com os princípios e práticas relativos ao rigor metodológico das ciências da natureza, a mesma tende a suscitar diversas polémicas e controvérsias para as quais pretendemos desenvolver algumas elucidações.

A este respeito, atentemos para o fato de que teóricos das mais diversas áreas do conhecimento, como epistemólogos, lógicos, filósofos da linguagem e semanticistas concluíram que falta à, psicanálise, uma fundamentação de fato científica, já que se aperceberam de que, ao examinarem os conceitos psicanalíticos, estes implicavam proposições, argumentações e estrutura teórica, cujas articulações não comportam condições necessárias e suficientes para satisfazerem às exigências requeridas por uma teoria científica.

Neste particular, cabe uma importante consideração, a saber: o ponto essencial sobre o qual recai a conclusão acima referida embasa-se no caráter metodológico da psicanálise, que se caracterizaria pela *interpretação*. Assim, Paul Ricoeur destaca da crítica do

⁵ Este assunto é mais complexo e veremos como, de certo modo, Ricoeur aceita uma eficácia causal do ponto de vista econômico (que ele chama de “Energética”) que está solidamente entrelaçado, e também dependente, em termos heurísticos, do nível hermenêutico.



empirismo lógico à psicanálise aquela que é feita por Ernest Nagel, que faria a seguinte imputação à psicanálise.

Seu material adere à relação singular do analista com o analisando; não se pode afastar a dúvida de que a interpretação é imposta aos fatos pelo intérprete, por falta de um processo comparativo e de investigação estatística; enfim, as alegações dos psicanalistas concernentes à eficácia terapêutica não satisfazem às regras mais elementares da verificação". (RICOEUR, 1977, p.286-287).

Em contrapartida, ainda que alguns teóricos dirijam seus esforços a uma reformulação da psicanálise, no sentido de uma tentativa de enquadrá-la às normas científicas de uma teoria, aproximando-a, por exemplo, da psicologia, esta solução nos parece inviável, em virtude de que, como aponta Paul Ricoeur:

(...) a diferença será inicial ou jamais existirá: a psicologia é uma ciência de observação, que versa sobre os fatos da conduta; a psicanálise, uma ciência exegética, que versa sobre as relações de sentido entre os objetos substituídos e os objetos originários (e perdidos) da pulsão. É desde o início, no próprio nível da noção inicial de fato e de inferência a partir dos fatos, que as duas disciplinas divergem. (RICOEUR, 1977, p.294).

Um outro ponto relevante, neste contexto, e que diferencia a psicanálise da psicologia são as *variáveis do ambiente*, as quais são abordadas sob perspectivas distintas nestas duas teorias. No trecho abaixo, Ricoeur (1977, p. 297) retrata bem esta questão:

"Elas não são para o analista, de forma alguma fatos, tais como estes são conhecidos pelo observador exterior. O que importa para o analista são as dimensões do meio ambiente, tais como o sujeito "acredita" que sejam; o que é pertinente para ele não é o fato, mas o sentido que o fato tomou na história do sujeito".

Desse modo, pode-se dizer que a conduta para o analista expressa alterações de sentido na história do sujeito, não sendo, portanto, como para o psicólogo, uma variável dependente, ou seja, observável de fora.

Em vista disso, Ricoeur (1977, p. 298) diz que “não há ‘fatos’ em psicanálise, porque não se trata aí de observar, mas de interpretar”. Neste caso, mais uma vez, podemos notar que há visíveis diferenças de objeto entre a psicologia e a psicanálise.

Um outro exemplo encontrado a respeito da afirmação acima, no texto em exame, é o seguinte:

(...) a psicanálise é um trabalho de palavra com o paciente, o que a psicologia científica de alguma forma é. É num campo de palavras que a “história” do paciente vem expressar-se; conseqüentemente, seu objeto próprio são esses efeitos de sentido – sintomas, delírios, sonhos, ilusões – que a psicologia empírica pode considerar apenas como segmento de conduta. Para o analista é a conduta que é um segmento do sentido. Eis por que objeto perdido, objeto substituído são o pão cotidiano da psicanálise. Para o analista, a ausência não é um segmento numa cadeia de variáveis observadas, mas um fragmento desse mundo simbólico que aflora no interior do campo fechado da palavra que é a análise enquanto *talking cure*. (RICOEUR, 1977, p.299).

Neste contexto, Ricoeur (1977, p.298), ao indagar o que é pertinente em psicanálise, diz: “Se não se reconhece a especificidade das questões de sentido e de duplo-sentido, e se não se liga essa questão à do método de interpretação pelo qual essa questão se coloca, a “realidade psíquica” da qual fala a psicanálise será sempre apenas uma causa supérflua”.

É nesse sentido que Monzani, um dos grandes estudiosos da epistemologia da psicanálise freudiana, afirma que ainda que o discurso desta psicanálise seja constituído, por um lado, por um arsenal lingüístico e conceitual do positivismo, é importante lembrarmos que, por outro:

(...) a psicanálise se revela como uma pesquisa do sentido, uma busca constante das significações ocultas, o que se torna claro no diálogo analítico, em que uma profusão de sentidos velados se prolifera de um lado é decifrada do outro. Decifração e interpretação constituem o essencial desse trabalho. (MONZANI, 1990, p.118)

Diante deste quadro, queremos sublinhar que, malgrado a relevância e o fato de ser insubstituível, para a configuração da psicanálise, o plano da interpretação, o pai da

psicanálise pensava que tal plano devia ter como fundamento sólidas bases teóricas construídas alhures do dito plano.

Na próxima seção investigaremos: *As hipóteses psicanalíticas e seus níveis*, hipóteses essas que emergiram, a princípio, a partir de inferências resultantes do trabalho prático e, conseqüentemente, vindo a contribuir de maneira significativa para a constituição do arcabouço teórico que fundamenta a psicanálise freudiana.

1.2 AS HIPÓTESES PSICANALÍTICAS E SEUS NÍVEIS: A TEORIA DA DEFESA

Nosso objetivo nesta seção é compreender a articulação dos diferentes níveis teóricos das hipóteses psicanalíticas, para ver de que maneira é construída a cientificidade própria da psicanálise freudiana. Examinaremos, assim, logo de início, aquela teoria que constitui o fundamento primeiro da psicanálise, qual seja, a *teoria da defesa*⁶.

A importância de se analisar a teoria da defesa, no contexto do nosso trabalho, reside no fato de que o seu desenvolvimento comporta duas dimensões essenciais que toda metodologia científica deve possuir, a saber: a observação de um determinado conjunto de fenômenos empíricos, a princípio enigmáticos, e a explicação dos mesmos.

Em vista disso, podemos nortear a trajetória de nossa investigação mediante a análise da seguinte questão: em que medida esta teoria (a qual parece ser, como veremos mais adiante, a que mais se aproxima de uma base empírica no que se refere ao arcabouço teórico freudiano) pode nos fornecer parâmetros epistemológicos segundo os quais a psicanálise poderá ser considerada uma ciência? Para tanto, conduziremos nossa investigação a partir da

⁶ O conceito de defesa foi introduzido na obra freudiana a partir dos primeiros estudos sobre a histeria, os quais renderam subsídios para que Freud, por meio da observação clínica, postulasse suas primeiras idéias sobre o conceito em questão.



relação entre a idéia de defesa psíquica e a formação de sintomas, uma vez que foi a partir da análise desta relação que Freud desenvolveu a teoria que investigaremos.

Para iniciarmos nossa análise, faz-se necessário, num primeiro momento, configurar o panorama epistemológico que distingue na psicanálise três níveis constituintes a fim de que possamos situar nestes últimos o papel desempenhado pela teoria da defesa. Vejamos em que consistem tais níveis segundo a classificação freudiana apontada por Laplanche e Pontalis (1995, p. 384-385):

“A) *Um método de investigação* que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Este método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres.

“B) *Um método psicoterápico* baseado nesta investigação e especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. O emprego da psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico está ligado a este sentido; exemplo: começar uma psicanálise (ou uma análise).

“C) *Um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas* em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e tratamento”.

Se atentarmos bem para a definição acima, pode-se depreender uma classificação dos níveis das hipóteses psicanalíticas estruturada em duas categorias: de um lado, temos aqueles níveis relativamente próximos da base fenomênica (sintomas), através dos quais se tenta compreender os sintomas à luz de certas hipóteses explicativas (por exemplo, a hipótese da relação causal trauma-sintoma, presente nos primeiros estudos sobre a histeria); de outro, temos os níveis vinculados a um campo explicativo de uma tendência mais abstrata, os quais, ao longo da história psicanalítica, gradualmente tendem à constituição das hipóteses metapsicológicas. Como veremos adiante, a estruturação da teoria da defesa se dá dentro dos limites respeitantes a ambas categorias referidas acima:

Constata-se, que na sua teoria da defesa, Freud não mais verá os estados hipnóides enquanto “substrato” a partir do qual derivar-se-ia (...) uma divisão da consciência; no novo esquema explicativo, ele irá colocar, na raiz dessa divisão, que é acompanhada da formação de “grupos psíquicos separados”, “um ato de vontade” por parte do sujeito, “cujo motivo pode ser especificado”. (MILIDONI, 1993, p.15)

Procuraremos assim analisar mais detalhadamente o conceito de defesa.

Partiremos da seguinte formulação de Mezan (1982, p.28):

“A introdução do conceito de defesa, assim, marca o início da teoria psicanalítica. Ele não nasceu simplesmente da prática clínica; foi produzido mediante uma reflexão sistemática sobre os dados desta prática, cujas etapas procuramos reconstituir, e uma crítica coerente dos defeitos lógicos da teoria dos estados “hipnóides” que ele vem substituir com grandes vantagens.”

É importante ressaltar que a teoria da defesa é o marco inicial do rompimento teórico entre as idéias de Freud e Breuer no que diz respeito ao mecanismo psíquico da histeria:

Breuer dava preferência a uma teoria que era, se poderia dizer, até certo ponto fisiológica; tentava explicar a divisão mental nos pacientes histéricos pela ausência de comunicação entre vários estados mentais (“estados de ‘consciência’”, como chamávamos naquela época), e construiu então a teoria dos “estados hipnóides” cujos produtos se supunham penetrar na “consciência desperta” como corpos estranhos não assimilados. Eu via a questão de forma menos científica; parecia não discernir por toda parte senão tendências e motivos análogos aos da vida cotidiana, e encarava a própria divisão psíquica como o efeito de um processo de repulsão que naquela época denominei de “defesa”, e depois de “repressão”. (FREUD, 1996h [1914], p.21)

Em *Neuropsicoses de defesa* (1894), Freud caracteriza a defesa enquanto um mecanismo psíquico utilizado para reprimir alguma idéia tingida por uma certa coloração afetiva, idéia essa que o sujeito não é capaz de tolerar. Tal mecanismo é acionado quando o ego precisa reprimir, isto é, expulsar da consciência, alguma idéia que lhe cause desprazer.

O mecanismo gerador da histeria, resumidamente, consiste em uma retenção de afetos produzidos por situações traumáticas, os quais, não encontrando meios normais para serem exteriorizados, agem, por um lado, como fonte de constante excitação do psiquismo e,

por outro, são deslocados para as vias somáticas e, conseqüentemente, manifestados como sintomas físicos, ou seja, resíduos do trauma.

O fator desencadeante da excitação referida acima está circunscrito às operações inconscientes, cujos processos de lembrança de situações traumáticas ocorridas no passado emergem na estrita medida em que há uma certa experiência atual que lhes suscite a ocorrência. De fato, é isso que nos mostra a citação que se segue: "(...) nenhum sintoma histérico pode emergir de uma experiência real isolada, mas (...) em todos os casos a lembrança de experiências mais antigas, despertadas em associação com ela, atua na causação do sintoma." (FREUD, 1976b [1896], p.223)

É importante para o nosso entendimento acerca da gênese da histeria e, conseqüentemente, da teoria da defesa nos reportarmos, também, à idéia de que esta última encontra-se embasada, num primeiro momento, sobre a resistência, a partir da qual Freud fundamentou sua concepção quanto à histeria:

Nesta idéia de resistência alicercei então minha concepção acerca dos processos psíquicos na histeria. Para o restabelecimento do doente mostrou-se indispensável suprimir estas resistências. Partindo do mecanismo da cura, podia-se formar uma idéia muito precisa da gênese da doença. As mesmas forças que hoje, como resistência, se opõem a que o esquecido volte à consciência deveriam ser as que antes tinham agido, expulsando da consciência os acidentes patogênicos correspondentes. A esse processo, por mim formulado, dei o nome de '*repressão*' e julguei-o demonstrado pela presença inegável da resistência. (FREUD, 1970a [1909], p. 25)

Diante do exposto, o que nos interessa é saber de que maneira Freud estabeleceu a vinculação causal entre a defesa e a produção de sintomas. Para tanto, faz-se necessário, num primeiro momento, entendermos a relação que se estabelece entre a defesa (repressão) e o inconsciente, já que os sintomas, segundo Freud, são resultantes de lembranças que operam inconscientemente. Vejamos o exemplo abaixo:

(...) a repressão não impede que o representante pulsional continue a existir no inconsciente, se organize ainda mais, dê origem a derivados [sintomas], e estabeleça ligações. Na verdade, a repressão só interfere na relação do representante pulsional com um *único* sistema psíquico, a saber, o do inconsciente. (FREUD, 1996j [1915b], p.153-154)

Podemos agora compreender melhor como a teoria da defesa, ou, da repressão estruturou-se como a ‘pedra angular da psicanálise freudiana’. Recorrendo à *História do movimento psicanalítico* (1914), um texto de Freud, vemos que nele é concebida tal teoria enquanto: “(...) a formulação teórica de um fenômeno que pode ser observado quantas vezes se desejar se se empreende a análise de um neurótico, sem recorrer à hipnose”.

Na medida em que a repressão na histeria só se torna possível pela extensa formação de substitutos, ela pode ser julgada inteiramente destituída de êxito [pelo retorno do reprimido em forma de substitutos]; contudo, ao lidar com a quota de afeto – a verdadeira tarefa da repressão –, ela geralmente significa um êxito total. Na histeria de conversão, o processo de repressão é completado pela formação do sintoma (...). (FREUD, 1996j [1915b], p.160-161)

Em vista do exposto, para finalizarmos nossas considerações sobre a construção da teoria da defesa, será relevante evidenciar o significado epistemológico expresso por esta capital teoria, a fim de que possamos estabelecer, pelo menos em princípio, até que ponto a psicanálise pode ser tomada como ciência.

No que diz respeito à esfera empírica da investigação, tem-se que a construção da teoria da defesa satisfaz as condições impostas pela metodologia científica, na medida em que tal construção implica necessariamente na observação atenta e na descrição detalhada dos dados obtidos a partir da prática clínica, tais como, por exemplo, um sintoma manifestado por uma histeria de conversão. É importante lembrar que, para Freud, não há qualquer tipo de observação e descrição que esteja desacompanhada de uma espontânea aplicação de conceitos primitivos ou conceitos fundamentais, como é possível constatar no trecho introdutório a “Pulsões e seus destinos”⁷.

⁷ Cf. seção 1.3 (A metapsicologia freudiana).



Já no que concerne à esfera especulativa da investigação, a construção da mesma teoria manifesta processos de dedução racional que intervêm posteriormente na coleta dos dados acima referidos, no sentido de que promovem ajustes, reconfigurações, ordenamentos e aperfeiçoamentos daqueles conceitos primitivos. A título de exemplificação, vejamos o que se segue. Como vimos nesta seção, Freud necessitou de recorrer a um plano de reflexão especulativa para reformular as conclusões das pesquisas de Breuer (vinculadas ao âmbito da fisiologia) a respeito da histeria, consistindo tal reformulação no fato de que Freud “percebeu” a existência de um mecanismo de resistência à cura por parte dos pacientes⁸, o que teria sido impossível no contexto dos estados hipnóides e do método hipnótico.

Na próxima seção discutiremos uma nova dimensão da psicanálise freudiana, a qual está mais próxima da esfera da especulação racional, a saber, a metapsicologia.

1.3 A METAPSICOLOGIA

O fator que nos levou a desenvolver a presente seção advém das próprias condições epistemológicas que determinam os procedimentos investigativos da psicanálise. A natureza do objeto de estudo por esta visado, na medida em que se constitui de profundas “cavidades” não presentes no plano da consciência (isto é, dos processos inconscientes), necessita de duas solidárias linhas de investigação ao mesmo tempo. Com efeito, como pode ser visto junto a Assoun (1978), tem-se que uma das linhas é a empírica, calcada, basicamente, na esfera da percepção dos fatos singulares (notadamente os sintomas). A outra linha retrata justamente o tópico desta seção: dada à insuficiência das explicações empíricas, a

⁸ Na verdade, Freud *percebeu* um rechaço dos pacientes à terapia quando esta os conduzia perto das lembranças patogênicas. O nome “resistência” e a própria idéia de resistência já implicava na aplicação de um conceito teórico *postulado* por Freud.



psicanálise se vê forçada a adotar um método especulativo que não deve se confundir com um apriorismo filosófico, mas, sim, compor-se segundo um aparelho conceitual arraigado profundamente na referência constante à experiência: trata-se, portanto, neste caso, da *metapsicologia*; isto é, um arcabouço teórico que estrutura a psicanálise freudiana e é também, uma “perspectiva” de investigação psicanalítica.

Um dos motivos que levaram Freud a criar o termo metapsicologia foi o de referir-se a uma doutrina da psique humana que se diferencia essencialmente das tradicionais ciências psicológicas fundamentadas tão-somente na percepção sensório-motora do organismo. Isto porque a estrutura do inconsciente, que constitui o capital objeto de estudo da psicanálise, não pode ser detectada e compreendida meramente através de estudos anatômicos e neurofisiológicos, pelos quais apenas pode-se compor um panorama explicativo da mente caracterizado pelas explicações dos mecanismos perceptuais e cognitivos da consciência físico-química.

No entanto, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que Freud não restringiu a elaboração de sua nova teoria psíquica ao âmbito das explicações neurofisiológicas, também não tencionava estruturá-la sobre um aparato conceitual metafísico, e, portanto, pretendia elaborar um conhecimento endopsíquico do funcionamento mental do qual resulta uma realidade não perceptível pela consciência imediata, cuja fundamentação explicativa é a de uma psicologia do inconsciente.

É de se notar que a elaboração do conhecimento acima referido (a metapsicologia) se dá mediante um processo explicativo que se reporta à abordagem dos fatos psíquicos considerados, através de uma dependência que devem possuir em relação às aplicações de idéias abstratas não determinadas pela experiência e, portanto, desprovidas, a princípio, de qualquer conteúdo empírico. Em outras palavras, tais idéias constituem um dos eixos fundamentais que regem a investigação psicanalítica, sem o qual a observação dos fenômenos

mentais permaneceria um ato predominantemente mecânico e alheio a uma percepção científica.

Assoun (1978), ao falar sobre a *Gênese da metapsicologia e seu sentido*, cita um trecho de uma correspondência de Freud a Fliess (a carta de 12 de dezembro de 1896), na qual ele refere-se a metapsicologia como: “Meu filho ideal, meu filho problema: a metapsicologia”. O autor em questão faz uma interpretação interessante a este respeito:

Esses termos traduzem um verdadeiro investimento afetivo de Freud em sua própria disciplina, que materializa algo de essencial. *Filho*, porque já considera essa disciplina como aquilo que lhe é o mais intimamente ligado, como o rebento que ele abriga amorosamente. Mas *filho fictício, problemático e ideal*; filho virtual de quem não se sabe se vai dar à luz, nem mesmo o que ele é; filho sobre o qual pesa a suspeita de monstrosidade, mas que também contém a promessa capital de realização da psicanálise como um além que condiciona a realização de sua verdadeira identidade. (ASSOUN, 1978, p.68-69)

A complexidade teórica envolvida a respeito do conceito de *metapsicologia* acarreta uma certa dificuldade de explicação e de justificação epistemológica acerca do mesmo. Tal fato levou Freud (1937b, p.241) a comparar a metapsicologia com uma *Feiticeira*. Isto é: a bruxa metapsicologia. “Sem especulação e teorização metapsicológica – quase disse ‘fantasiar’ –, não daremos outro passo à frente”. Esta parece ter sido a maneira que Freud encontrou para justificar uma teoria que tende a ir além de uma representação empírica.

Na teoria psicanalítica freudiana, o emprego do termo “metapsicológicas” designa um conjunto de idéias abstratas (por exemplo: as de aparelho psíquico, libido, pulsão) passíveis de alterações, somente, na medida em que apresentarem correlações significativas com o material empírico, e cuja função na investigação é compor uma “superestrutura especulativa em psicanálise”. Nesse sentido, Freud (1974 [1926], p.305) diz que, “a psicanálise está firmemente alicerçada na observação dos fatos da vida mental e por essa mesma razão sua superestrutura teórica ainda está incompleta e sujeita a constante alteração”.

Em *Pulsões e seus destinos* (1915), Freud oferece um paradigma epistemológico para a investigação da função e da natureza da metapsicologia:

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto à qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. (FREUD, 1996i [1915a], p.123)

Desse modo, para compreendermos o processo que culminou nos conceitos fundamentais metapsicológicos, temos que ter sob análise aqueles pressupostos epistemológicos explicitados por Freud, segundo os quais um processo investigativo científico diz respeito, inicialmente, à observação e descrição dos fatos empíricos e quase que concomitantemente, ao surgimento das idéias primitivas da futura fundamentação de uma ciência psicanalítica aplicadas ao material empírico daqueles fatos.

Uma caracterização mais apurada da metapsicologia como uma perspectiva metodológica, só viria a se constituir, por volta de 1915, quando Freud a apresenta através de seus artigos metapsicológicos. Vejamos o trecho abaixo, retirado do artigo *Um estudo autobiográfico*:

(...) fiz uma tentativa para produzir uma 'Metapsicologia'. Com isso eu queria dizer um método de abordagem de acordo com o qual todo processo mental é considerado em relação com três coordenadas, as quais eu descrevi como *dinâmica*, *topográfica* e *econômica*, respectivamente; e isso me pareceu representar a maior meta que a psicologia poderia alcançar. (FREUD, 1974 [1925], p.74)



Diante do exposto, pode se perceber que o eixo da construção da metapsicologia está em instaurar um complexo corpo de conceitos essenciais que possa nitidamente servir de sólido alicerce para o desenvolvimento e a condução de uma prática científica que perfaça uma verdadeira ciência psicanalítica. A legítima racionalidade psicanalítica, neste contexto, a fim de se identificar com a formação de conceitos diretrizes que estejam rigorosamente inscritos nas determinações empíricas, edifica-se na estrita medida da intervenção da abstração racional no processo descritivo dos fenômenos, isto é, os conceitos fundamentais psicanalíticos se constituem paulatinamente conforme a construção objetiva do objeto, possibilitada pela avaliação do material empírico aos mesmos conceitos:

Já ouvi dizer várias vezes em tom de desprezo que é impossível aceitar seriamente uma ciência cujos conceitos mais gerais se ressentem de exatidão, como os da libido e da pulsão na psicanálise. Mas essa censura repousa numa concepção totalmente errônea dos fatos. Conceitos básicos claros e definições vivamente traçadas somente são possíveis nas ciências mentais até o ponto em que estas procuram ajustar uma região de fatos no arcabouço de um sistema lógico. Nas ciências naturais, das quais a psicologia é uma delas, tais conceitos gerais nítidos são supérfluos e na realidade impossíveis. (FREUD, 1974 [1925] p.73)

Vale ressaltar que os conceitos fundamentais da psicanálise originam-se de um tipo singular de abstração que lhe confere sua própria especificidade, na medida em que seu procedimento epistêmico racional exige, para sua validade positiva e objetiva, a recorrência constante à experiência.

Em resumo, são estes conceitos de base proveniente desta espécie peculiar de abstração racional que, ao mesmo tempo, fornecem um suplemento psicológico (a metapsicologia) aperfeiçoador da *démarche* empírica e proporcionam o advento da psicanálise, de forma que viabiliza à mesma a constituição de seu estatuto epistemológico.

CAPÍTULO 2:

PSICANÁLISE FREUDIANA: ENERGÉTICA E HERMENÊUTICA



2.1 O PONTO DE VISTA ENERGÉTICO

A obra freudiana, de acordo com Paul Ricoeur (1977), é tida como um discurso misto e ambíguo, no sentido de que, por um lado, apresenta conflitos de forças justificando uma *energética* (na medida em que Freud concebe o funcionamento do sistema psicossomático enquanto um processo mecânico cuja finalidade está em manter constante ou a um nível mais baixo possível a quantidade de energia oriunda de excitações endógenas e externas) e, por outro, relações de sentido justificando uma hermenêutica. Tal ambigüidade parece ser o que caracteriza e fundamenta a psicanálise, já que temos, na mesma, a peculiar situação epistemológica, segundo a qual a essência energética da psique (na qual se processam aqueles conflitos de forças) é desvelada pelo processo decifrador e interpretativo da hermenêutica; pode-se dizer que “a energética passa *por uma* hermenêutica e que a hermenêutica *descobre* a energética (...). Este ponto, é aquele em que a posição do desejo se anuncia num e por um processo de simbolização.” (RICOEUR, 1977, p.67).

No entanto, esta proposição, que o autor pretende justificar na primeira parte de seu livro, *De interpretation: essai sur Freud*, apresenta (como ele próprio explicitou) um difícil e grande conflito com a complexidade constituída pelo problema do sentido ou da representação, no que se refere à explicação do funcionamento energético da mente. Por que complexidade? Segundo Ricoeur, quando Freud propôs um conhecimento da mente que a compreendesse como um sistema mecânico de forças (que fique bem claro: sistema este distinto do sistema nervoso e que guarda com o mesmo uma forte reciprocidade de influências), assim pôde fazer, na medida em que prescindiu da consciência intencional da fenomenologia. Ora, tal proceder parece tender a uma explicação naturalista da mente e negligenciar o estudo da constituição simbólica típica desta última. Logo, dado que a hermenêutica lida com significações e não com relações de força, conclui-se que a

psicanálise, ao tratar da mente com um vocabulário tópico-econômico que discorre sobre tais relações, não é uma hermenêutica. Este argumento, que constitui a referida complexidade, é justamente aquilo que o autor refuta, afirmando que a representação não é antinômica relativamente às noções de pulsão, de objetivo de pulsão e de afeto, possibilitada pelo fato de se haver estruturado, ao longo do desenvolvimento do pensamento freudiano, uma interpenetração entre explicação tópica-econômica e interpretação de significações (esta última desenvolvida em análises clínicas), interpenetração esta que possibilitaria uma interpretação do sentido pelo sentido.

“Todo o problema da epistemologia freudiana parece concentrar-se numa única questão: como é possível que a explicação econômica *passse* por uma interpretação que versa sobre significações e, em sentido oposto, que a interpretação seja *um momento* da explicação econômica? (...) Talvez seja na própria posição do desejo que residem ao mesmo tempo a possibilidade de se *passar* da força à linguagem, mas também a impossibilidade de se *retomar* a força na linguagem.” (RICOEUR, 1977, p.68).

Para percorrermos com clareza as reflexões que este problema reclama, mostra-se importante considerarmos o ponto de vista energético, já que, conforme o exposto acima, são as características lógicas, conceituais que constituem a energética, que suscitam as controvérsias acerca da possibilidade da representação ou significação serem passíveis de ser decifradas pela hermenêutica. Para tanto, sendo a noção freudiana a princípio econômica, aquilo que Ricoeur designa por energética, iremos estudar tal noção.

A fim de abordarmos o conceito de ponto de vista econômico⁹, é preciso ter em vista os fatos clínicos ou os dados empíricos particulares dos quais a análise interpretativa – em maior ou menor grau de teor especulativo - extraiu uma hipótese particular acerca dos processos psíquicos, a saber, a hipótese da *defesa*, já que foi a partir desta hipótese que Freud

⁹ É junto com os pontos de vista tópico e dinâmico, o que caracteriza uma abordagem metapsicológica. (Edição Standard Brasileira, v.XIV, Cfr. Artigo “O inconsciente”).



pôde inferir um esboço do princípio geral de funcionamento do aparelho psíquico, qual seja, o princípio econômico.

Freud demonstrou ter compreendido de forma apurada a natureza daqueles fatos clínicos (como, por exemplo, a histeria, a neurose obsessiva, etc.), pois que sentiu a necessidade de não reduzir suas explicações a processos neurofisiológicos, fatos esses que pressupõem que Freud não era adepto da teoria reducionista da psique; os fenômenos psíquicos patológicos observados e analisados na clínica foram considerados enquanto entidades *com relativo grau de independência* frente aos processos fisiológicos. Portanto, foi necessária a construção de hipóteses através de um método com certo nível de especulação, para que fosse possível dar conta da explicação de tais fenômenos. A primeira destas hipóteses a ser construída por Freud, a qual refere-se à explicação destes últimos e correspondente ao primeiro passo da constituição de uma teoria geral da psique que fora denominada *metapsicologia* – a qual tem como um de seus pilares, o ponto de vista econômico –, diz respeito justamente à teoria da defesa.

Para compreendermos melhor este ponto e o ponto de vista energético ou econômico, analisemos uma noção bastante crucial usada por Freud para explicar a dinâmica inerente às forças em luta implicadas nos processos de repressão e resistência, caracterizantes dos mecanismos de defesa – ou de resolução de conflitos - de que se vale a mente a fim de dissipar seus distúrbios, qual seja: a noção de “quota de afeto”.

A título de uma breve explicação, precisamos fazer uma caracterização do conceito de afeto e, em seguida, explicitar o vínculo deste conceito relativamente ao conceito de “quota de afeto”. Segundo Green (1982), o significado do termo afeto remete ao conjunto dos estados subjetivos qualitativos associados às emoções, paixões, sentimentos, sendo que tais estados estão intimamente relacionados aos processos neurofisiológicos. O afeto, para Freud, possui a propriedade de ser dinâmico, na medida em que, quando uma força psíquica

atua na repressão de uma certa representação mental no inconsciente, a quantidade de afeto (quota de afeto) associada a esta representação é dissociada da mesma, o que gera o seu deslocamento, transformação e circulação para outras áreas. Segundo Milidoni:

(...) o afeto quantitativamente determinado ou “quantum de afeto” – seja ele entendido como uma forma de manifestação de uma “soma de excitação”, ou seja visto como “o aspecto quantitativo energético ligado ao aspecto qualitativo subjetivo (do afeto)” – quando dissociado do componente representativo, tem a propriedade de ser deslocável, fluente, (...). (MILIDONI, 1993, p.55)

Ainda segundo Milidoni (1993), nos textos de Freud da época imediatamente anteriores à “Comunicação Preliminar” (1893), a abordagem quantitativa referia-se estritamente a processos neurofisiológicos que dividiam espaço com determinados processos psíquicos, mas que, já em 1894, a hipótese quantitativa diz respeito estritamente às funções psíquicas.

No âmbito da clínica, segundo esta autora, a descoberta das resistências é o marco inicial que fundamenta a teoria da defesa e, conseqüentemente, uma perspectiva *dinâmica* na abordagem de processos psicológicos. Para Milidoni (1993, p.16) “(...) a introdução desta hipótese [da defesa] se encontra revestida de uma importância fundamental, já que implica de fato em por em marcha o que será “o ponto de vista econômico em Psicanálise”.

A perspectiva dinâmica sob a qual está inserida a teoria da defesa, de acordo com Milidoni, está de fato em outro nível, qual seja, “o do conflito entre representações e o ego”, e a partir desta postulação, ela formula a seguinte indagação:

O que será esse fator quantitativo, que é paralelizado com uma “quota de afeto” ou “soma de excitação”, e que parece ser fundamental para o traçado dos caminhos do afeto no mecanismo defensivo? Em que sentido valeria a equivalência entre “quota de afeto” e “soma de excitação”? (MILIDONI, 1993, p.18)

Tentando elucidar as ponderações expostas acima, vejamos que, em *Neuropsicoses de defesa* (1894), Freud formula uma hipótese geral acerca da propriedade quantitativa do psíquico, a qual constitui o fundamento do ponto de vista econômico:

(...) nas funções mentais deve ser distinguida alguma coisa – uma quota de afeto ou soma de excitação – que apresenta todas as características de uma quantidade (embora não dispomos de meios para medi-la) capaz de crescimento, diminuição, deslocamento, descarga e que se espalha sobre os traços de memória das idéias, tal como uma carga elétrica que se expande na superfície de um corpo. (FREUD, 1976a [1984], p.73)

De todas maneiras, conclui Milidoni (1993, p.18) que:

“(...) a hipótese se justifica, mesmo que provisoriamente, pela sua potência explicativa e pela aptidão para estabelecer conexões a nível fenomênico; pois, que estaríamos frente a uma hipótese de nítido teor instrumental, que é capaz de preencher adequadamente suas funções (explicar, coordenar) manipulando o postulado fator quantitativo “como se” ele fosse, realmente, uma quantidade...Quão longe poderá ir a potência explicativa desta hipótese?”

Voltando às inter-relações entre os conceitos de “soma de excitação” e “quantum de afeto” um ponto que deve ser ressaltado é que, de acordo com Laplanche e Pontalis (1990, p.492), embora tais conceitos sejam apresentados enquanto sinônimos, cada uma destas expressões são na realidade utilizadas para designar diferentes aspectos do fator quantitativo. Respectivamente, a primeira refere-se à: “1. A origem da quantidade. A energia psíquica é concebida como proveniente de estímulos, principalmente internos, que exercem uma ação contínua e a que não se pode escapar fugindo. 2. O aparelho psíquico está submetido a estímulos que constantemente comprometem a sua finalidade, que é o princípio de constância” (p.492); já a segunda refere-se a “um fator quantitativo postulado como substrato do afeto vivido subjetivamente, para designar o que é invariável nas diversas modificações deste: deslocamento, desligamento da representação, transformações qualitativas.” (p.421).

Portanto, quando se toma quantitativamente o afeto enquanto soma de excitação, a semântica designada conduz a um fator de origem do afeto ligado a uma ação causal de estímulos externos e internos sobre a estabilidade da constância funcional do aparelho psíquico, no qual, conseqüentemente, se acumula uma soma de excitação ou uma quota de afeto. Já ao se usar a expressão *quantum de afeto*, o sentido que se quer sustentar remete a uma imensurável quantidade respeitante ao grau de intensidade da manifestação do afeto, a qual perdura sem mudanças de extensão frente às vicissitudes das transformações do mesmo afeto.

Para ampliarmos um pouco mais nossa explicação, faz-se necessário entendermos quais as implicações da fluência das quotas de afeto nos processos do mecanismo de defesa. Para tanto, nos apoiaremos no trecho abaixo, o qual aborda o tema da dissociação entre afeto e representação que ocorre em tais processos: (...) o que é recalcado e portanto passa a existir no regime do inconsciente é a representação, à qual esse afeto está originalmente ligado. Processado o recalque, o afeto se encontra, por assim dizer, livre e freqüentemente se desestrutura em angústia. (MONZANI, 1989, p.251)

Monzani diz que a distinção entre representação e afeto é um dos eixos centrais que constitui a psicanálise freudiana. Para ele “a grande descoberta da psicanálise foi perceber que não há relação intrínseca entre representação e afeto e que, ao contrário, essa relação é de uma pura *soldagem* entre uma e outra, de sorte que são passíveis de se dissociarem e tomarem rumos distintos”. (MONZANI, 1989, p.91)

A crítica de Monzani a Ricoeur, nesse sentido, é referente à essência da descoberta da psicanálise, isto é, à *independência do afeto e da representação*. Para Monzani (1989, p.90), a psicanálise constitui-se em duas teses básicas, a saber: “todo ato psíquico é formado por dois componentes, que geralmente aparecem ligados entre si – um componente *representativo* (a idéia, podemos dizer) e um componente *afetivo* (ou emoção, sentimento)”.

Este autor atenta para os dois pressupostos de Ricoeur (1977), os quais consistiriam em dizer que: “a energia é inimiga mortal do sentido e o afeto é impensável sem uma representação”; caso contrário, este último não poderia situar-se no âmbito da psicologia, nem da psicanálise, ficando, portanto, reduzido ao domínio do fisiológico. Portanto, para Monzani (1989), nas postulações de Ricoeur, não há possibilidade de interação entre energética e hermenêutica na psicanálise freudiana, já que ele visa excluir totalmente o plano econômico do psíquico.

Monzani (1989) diz que para Ricoeur : “(...) a grande viragem da *Traumdeutung* foi no sentido de subordinar a explicação (entenda-se o discurso da Metapsicologia) à interpretação”. Desse modo, a teoria do aparelho psíquico deve provir da teoria do sentido, sendo, portanto, a primeira subordinada à segunda. Para Monzani, a possibilidade de adequação entre ambas as teorias, torna-se nula, posto que é a energética que fundamenta a hermenêutica, muito embora esta última seja a fonte *heurísticamente* privilegiada para a construção da teoria do aparelho psíquico. Monzani atenta, a seu juízo, para esta problemática análise de Ricoeur, dizendo que este último faz uma análise inadequada do conceito de “apresentação psíquica” – como conceito expressivo – no qual força e sentido se encontram diante da noção de pulsão. (p.94). Pois, para Freud, segundo Monzani (1989, p.94): (...) há um momento preliminar de transformação e a pulsão é exatamente esse “conceito limite” que aponta para o momento mesmo onde os processos energéticos orgânicos transformam-se em processos energéticos psíquicos”.

No entanto, entendemos que, para Ricoeur (1977), o contraste que há entre energética e hermenêutica não se resolve por eliminação de uma ou de outra destas vertentes epistemológicas. Ele diz que “o freudismo não existe senão pela recusa dessa alternativa”, do contrário, isso implicaria num retalhamento da teoria. A possibilidade de expressão da psicanálise, segundo o autor, reside numa dialética entre força e sentido. Ele refere-se ao

*Projeto*¹⁰ como o estado energético da teoria, o qual não comportaria uma hermenêutica; a contrapartida ou antítese se dá com o surgimento da hermenêutica no contexto das investigações da *A interpretação dos sonhos* (1900); e, por fim, a síntese, isto é, a interação entre força e sentido seria finalmente encontrada nos escritos metapsicológicos (1915). Nestes escritos, a integração entre energética e hermenêutica amadurece: há uma relação entre o próprio conceito de pulsão, um conceito energético e sua representação, que pede uma interpretação (FRANCO, 1995).

Todavia é preciso atender à seguinte advertência de Monzani (1989, p.103):

“A interpretação, (...) não está tematizada no texto do *Projeto*... Mas há uma enorme diferença entre o fato de uma noção não estar tematizada e estar ausente. A interpretação está presente no texto e, em vários pontos, explicitamente. Na verdade, esta interligação é constante no texto, conforme se pode apreender das várias afirmações de Freud que abrem a parte II do *Projeto*...” [Parte essa, por sinal, intitulada *Psicopatologia*]

Em vista de tudo o que fora dito, podemos tomar preliminarmente um parecer significativo perante a estrutura interpretativa da epistemologia freudiana, mediante as considerações acerca do ponto de vista energético, qual seja, a dinâmica que caracteriza os processos energéticos da psique não se mostra absolutamente avessa à penetração da hermenêutica, já que os mesmos devem ser articulados sistematicamente com os conceitos constituintes da metapsicologia, a fim de que possa existir efetivamente uma psicanálise.

¹⁰ *Projeto de uma psicologia*, Editora Imago, tradução de Osmyr F. Gabbi Jr, 1995. Este texto compunha-se originalmente na forma de um manuscrito redigido por Freud em 1895 e no qual tentava-se apresentar um modelo de mente em termos de quantidades e neurônios.

2.2 ENERGÉTICA E HERMENÊUTICA: O CONCEITO DE PULSÃO

(...) uma pulsão é sempre uma realidade decifrada em suas “apresentações” de pulsão. (RICOEUR, 1982, p. 217)

A temática que propomos desenvolver nesta seção se refere a uma abordagem da teoria das pulsões, a fim de compreendermos de que forma um conceito metapsicológico pode se estruturar de acordo com a realidade empírica, expressando por um lado, um viés *energético* e por outro uma *hermenêutica*.

Segundo James Strachey, editor inglês, responsável pelas notas introdutórias do artigo de Freud, *As pulsões e seus destinos* (1915), o termo *pulsão* aparece na obra freudiana somente a partir dos *Três ensaios* (1905). Antes disso, expressões como ‘excitações’, ‘idéias afetivas’, ‘estímulos endógenos’, apareciam, provavelmente, como precursores do termo em questão. Aliás, vale ressaltar que o conceito de pulsão é um dos pilares da metapsicologia.

Strachey relata que Freud por diversas vezes se mostrou insatisfeito diante do conhecimento que obtivera sobre as *pulsões*, em função da carência de material teórico sobre o qual pudesse se apoiar. Entretanto, como diz este editor, Freud considerava as pulsões como ‘o elemento ao mesmo tempo mais importante e mais obscuro da pesquisa psicológica’, como foi dito em *Além do princípio de prazer* (1920).

Freud, nas *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, diz que a teoria das pulsões é a *mitologia da psicanálise*. Esta referência aparece na carta de Freud a Einstein (1933): “Talvez você tenha a impressão de que nossas teorias constituem uma espécie de mitologia... Mas toda ciência da natureza não propõe tal espécie de mitologia? Acontece diferentemente com você, na física de hoje?”.

Diante do exposto, para iniciarmos nossa abordagem, faz-se necessário, num primeiro momento, discorrer sobre a origem e a natureza do conceito de pulsão na teoria



freudiana, ao qual, por vezes, atribui-se uma definição confusa, em consequência das dificuldades trazidas pelo problema de tradução do termo *Trieb*, originário da língua alemã e que se refere ao termo que designamos como pulsão.

O embrião do conceito de pulsão está profundamente vinculado à noção do princípio de constância formulada por Freud por meio de suas investigações acerca do funcionamento do aparelho psíquico. Segundo tal princípio, a estrutura psico-somática recebe determinadas excitações causadoras de estados de tensão, os quais, por sua vez, se resultam em quantidades de energia em excesso, devem ser eliminadas da referida estrutura, fato este que implica na necessidade de mecanismos reguladores de uma constância energética, *a qual consiste em manter a totalidade das excitações num nível quantitativo o mais baixo possível ou, pelo menos em mantê-lo constante*. (FREUD,1996a [1920], p.18)

É a partir deste princípio, portanto, que podemos verificar a elaboração do conceito em questão: os fatores fundamentais responsáveis pela descarga de tais estados excessivos de tensão são as pulsões, cuja natureza reside em ser processos dinâmicos oriundos do organismo e constitutivos de uma pressão que exerce uma força constante, e cujo conceito situa-se na fronteira entre o somático e o psíquico. A pulsão apenas pode ser percebida mediante representações e afetos, afetos esses por cuja descarga o organismo é impelido a realizar a meta de descarregar a energia que nele está em excesso. Assim, de acordo com Monzani (1989, p.250), pode-se dizer que “A pulsão enquanto tal é e nos será sempre desconhecida. O que nos aparece no plano psíquico é um seu representante, um seu delgado, o qual é possível (sob certas condições) ser conhecido”.

Segundo Ricoeur (1977, p.110) é a partir da problemática do objetivo e do objeto [da pulsão] que podemos pensar em “destinos de pulsão”; sendo o estudo das fontes (*Quelle*) da excitação da competência da biologia; só conhecemos a pulsão em seus objetivos e seus objetos: somente eles dependem da psicologia. Isto é, o aparelho que consideramos é um

aparelho psíquico e a regulação pelo prazer-desprazer é de ordem psicológica, embora envolva elementos quantitativos. É importante ressaltar que para Freud (1996a [1920], p.19) “o princípio de prazer” decorre do princípio de constância; na realidade, esse último princípio foi inferido dos fatos que nos forçaram a adotar o princípio de prazer.”¹¹

É possível observar desde já que o termo “pulsão” e não “instinto” aproxima-se de maneira mais eficaz ao sentido que Freud quis dar do termo *Trieb*, pois que a ênfase que se quer dar aos processos de descarga energética acima referidos (aos quais Freud atribui este último), não corresponde aos procedimentos de um comportamento estabelecido hereditariamente, mas sim a uma força inconsciente suscitada por estímulos endógenos ao organismo, dos quais ela é expressão, o que implica em atividades do sistema nervoso mais complexas do que as requeridas pelo instinto.

É neste sentido que Freud afirma:

(...) as pulsões, e não os estímulos externos, constituem as verdadeiras forças motrizes por detrás dos progressos que conduziram o sistema nervoso, com sua capacidade ilimitada, a seu alto nível de desenvolvimento atual. Naturalmente, nada existe que nos impeça de supor que as próprias pulsões sejam, pelo menos em parte, precipitados dos efeitos da estimulação externa, que no decorrer da filogênese ocasionaram modificações na substância viva”. (FREUD, 1996i[1915a], p. 126)

É importante assinalar, também, a função essencial do conceito de pulsão para a descrição e explicação dos processos psíquicos sob as relações dinâmicas, tópicas e econômicas, isto é, para a explicação do aparelho psíquico segundo uma metapsicologia.

O funcionamento psíquico guarda suas raízes no jogo entre o consciente-pré-consciente e o inconsciente, que está longe de ser estático, já que os conflitos e as composições de forças de origem pulsional geradoras das pressões no organismo, originam tal

¹¹ (...) é incorreto falar na dominância do princípio de prazer sobre o curso dos processos mentais. Se tal dominância existisse, a imensa maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada pelo prazer ou conduzir a ele, ao passo que a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo. O máximo que se pode dizer, portanto, é que existe na mente uma forte *tendência* no sentido do princípio de prazer, embora

funcionamento, e aqui temos o aspecto *dinâmico* da psique. Já o aspecto *econômico* desta última confere-lhe a explicação segundo a qual a natureza dos processos psicológicos reside na circulação e repartição duma energia pulsional quantificável. E, por último, tem-se que a influência exercida pelas pulsões proporciona justamente a funcionalidade dos três sistemas de que se compõe o aparelho psíquico, a saber, o Inconsciente, o Pré-consciente e o Consciente (Primeira tópica) ou, o Id, o Ego e Superego (Teoria estrutural), cada qual destes designando (metaforicamente) três distintos lugares psíquicos, donde emerge uma concepção tópica da psique (o termo “tópica” denotando uma teoria dos lugares):

Poderíamos dizer que a tópica é esse lugar não anatômico, psíquico, que deve ser introduzido na teoria psicanalítica como a condição de possibilidade de todos os “destinos de pulsões”, e o mercado dos investimentos onde se trocam *pulsões* do ego e pulsões de objeto. (RICOEUR, 1977, p.116)

Resumidamente, podemos dizer, tendo por base Laplanche e Pontalis (1995), que no que se refere à *primeira tópica*, o Inconsciente (Ics) constitui-se por conteúdos originários do processo de recalque (conteúdos estes, que representam as pulsões) para os quais o acesso ao sistema pré-consciente-consciente foi negado em consequência daquele último.

Segundo Monzani (1989), na primeira tópica, tem-se a idéia de um ‘sistema inconsciente’ no qual o ‘inconsciente’ era confundido com o recalcado e, desse modo, a instância recalcadora estabelecia-se no sistema pré-consciente. No entanto, a partir dessa idéia surgem varias questões acerca da problemática do conteúdo do conflito e dos limites do que não é consciente em relação ao “sistema inconsciente”. Nesse sentido, “a experiência analítica mostra que, quando se trata de fazer emergir as resistências, aquilo que recalca, o sistema defensivo, está no mesmo nível inconsciente que a instância recalcada” (p.237). Por outro lado, é preciso ter em conta que aquilo que é inconsciente não deve ser identificado com o

essa tendência seja contrariada por certas outras forças ou circunstâncias, de maneira que o resultado final talvez nem sempre se mostre em harmonia com a tendência no sentido do prazer. (FREUD, 1996a [1920], p.19)

“sistema inconsciente”; por exemplo, os conteúdos do Id; que são qualitativamente inconscientes.

É importante ressaltar, ainda de acordo com o autor acima citado, que além destas contradições encontradas na Primeira Tópica, outras de cunho conceitual foram percebidas por Freud especialmente no que diz respeito ao “problema da composição do inconsciente e a reformulação da noção de ego”. Tais fatos levaram Freud a repensar o conceito de *defesa* e, conseqüentemente, o funcionamento do aparelho psíquico de acordo com a primeira tópica. E é no contexto da Segunda Tópica, na Conferência XXXI das Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise (1932), que a emergência das pulsões no aparelho psíquico, se faz patente pela sua irrupção no Id, sempre via seus representantes ideativos e afetivos.

Assim, podemos dizer, de acordo com Monzani (1989, p.185), que:

(...) a pulsão aparece no domínio do psíquico como uma energia que pressiona no sentido da descarga através de um objeto apropriado (que pode ser o próprio corpo do sujeito, eventualmente). É por isso que, no inconsciente, essa energia aparece em estado livre, não ligado, pressionando freneticamente no sentido de sua finalidade. Se o inconsciente se caracteriza por um estado livre e selvagem da energia, com uma quase total mobilidade, é porque está inscrito na natureza da pulsão.

Ricoeur crê que, no tocante à psicanálise, não há conflito entre as duas ordens de linguagem, acima mencionadas, isto é, entre energética e hermenêutica. E aponta o conceito de pulsão em Freud como o lugar desta harmonia. No conceito de pulsão freudiano, ele vê reunido tanto o sentido quanto a força. (FRANCO, 1995, p.169)

O caráter ambíguo que caracteriza a psicanálise parece ser “solucionado”, para alguns teóricos, no *Projeto...* (1895), já que, neste trabalho, Freud expressa sua teoria à luz de uma energética. Segundo Ricoeur (1977) é neste contexto que ocorre o “divórcio inicial entre explicação e interpretação”. Em *A interpretação dos sonhos* (principalmente no capítulo VII), a teoria parece integrar pela primeira vez, *energética e hermenêutica*; e, finalmente, nos artigos *Metapsicológicos* (1914-1917), tal integração se afirma: há uma relação entre o

próprio conceito de pulsão, um conceito energético e sua representação, que pede uma interpretação. (FRANCO, 1995, p.110).

Enfim, averiguamos, com a imprescindível e essencial ajuda de uma breve análise acerca da teoria das pulsões, a maneira pela qual os conceitos fundamentais (os *Grundbegriffe*) da Metapsicologia, de um modo geral, se estruturam a partir de uma prática científica, a fim de ampliarem-lhe e dirigirem-lhe, respectivamente, a extensão e o processo explicativos, mediante o esclarecimento dos mecanismos mentais (especialmente o inconsciente), que exercem profunda influência na vida do sujeito.

O reconhecimento da pulsão enquanto conceito fundamental da teoria psicanalítica freudiana marca a passagem do campo descritivo para o campo sistemático, isto é, “(...) a psicanálise vai se firmando como uma teoria com convenções e hipóteses próprias, empiricamente verificáveis. Afasta-se de uma fenomenologia. Com o advento teórico da pulsão, a tópica passa a ser não só dinâmica, mas também econômica”. (FRANCO, 1995, p.120)

Para Ricoeur (1977, p.17), na psicanálise freudiana a semântica do desejo se articula sobre a dinâmica designada pelas noções de descarga, de recalque, de investimento, segundo ele: “(...) o que importa afirmar, desde o início, é que essa dinâmica – até mesmo essa energética, inclusive essa hidráulica – do desejo e do recalque só se anuncia numa semântica: as “vicissitudes das pulsões”, para retomar uma expressão de Freud, só podem ser atingidas nas vicissitudes do sentido”.

Dessa maneira, podemos encerrar este tópico, de acordo com o seguinte trecho de Ricoeur (1982, p.216): “(...) é finalmente na relação entre pulsão, como primeiro conceito energético, e a apresentação da pulsão, como conceito hermenêutico, que reside a especificidade do discurso analítico, o qual une os dois universos da força e do sentido numa semântica do desejo”.

Na seção seguinte discutiremos a hermenêutica como teoria da interpretação, nosso enfoque que será dado à semântica do signo e do símbolo, já que nesta seção explicitamos o modo com que os processos pulsionais são representados teoricamente através da interpretação, mas sem fazermos considerações mais detalhadas sobre os elementos signícos implicados nesta mesma interpretação.

2.3 A HERMENÊUTICA COMO TEORIA DA INTERPRETAÇÃO: A SEMÂNTICA DO SIGNO E DO SÍMBOLO.

Na ampla esfera da linguagem, precisa-se o lugar da psicanálise: é, ao mesmo tempo, o lugar dos símbolos ou do duplo sentido e aquele em se defrontam as diversas formas de interpretar. (PAUL RICOEUR, 1977)

Para Ricoeur, o símbolo é o ponto de partida para uma reflexão filosófica. Ele estabelece alguns critérios para trabalhar com os símbolos. Parte do princípio de que há três diferentes dimensões a partir das quais o símbolo emerge, quais sejam: *cósmica*, *psíquica* e *poética*¹². No entanto, vale lembrar que tais dimensões não sugerem diferentes formas de se entender o símbolo; é preciso considerar que o símbolo é apenas composto por estas.

O símbolo assume presença preponderante em todo o pensamento ricoeuriano, especialmente quando o assunto é *interpretação*. Para Ricoeur (1977, p.21) “a interpretação se refere a uma estrutura intencional de segundo grau que supõe que um primeiro sentido seja constituído onde algo é visado em primeiro lugar, mas onde esse algo remete a outra coisa visada apenas por ele”. A função simbólica, segundo este autor, versa sobre “querer dizer algo

¹² (...) todo *mythos* comporta um *logos* latente que exige ser manifestado. É por isso que não há símbolo sem um início de interpretação. Onde quer que um homem sonhe, profetize ou poetize, outro se ergue para interpretar. A interpretação pertence organicamente ao pensamento simbólico e a seu duplo sentido. (RICOEUR, 1977, p.26)

diferente do que se diz”, o que exigiria algo, assim, como uma *decifração* ou, mais precisamente, uma interpretação.

A idéia de interpretação para Ricoeur (1977), aparece como sendo a inteligência ou compreensão das *expressões de duplo sentido* ou expressões simbólicas que, segundo Milidoni¹³, seriam expressões da vida humana intermediadas pela linguagem (se “diz” algo de alguma coisa). Para Ricoeur, tais expressões são consideradas como um “texto”¹⁴ o qual é escrito em chave e deve ser *decifrado*:

Essa noção de “texto”- libertada da noção de “escritura” – é interessante: Freud recorre a ela com frequência, especialmente quando compara o trabalho da análise com a tradução de uma língua para outra. O relato de um sonho é um texto inteligível que o analista o substitui por um texto mais legível. Compreender é fazer essa substituição. (RICOEUR, 1977, 31)

O conceito de hermenêutica proposto por Ricoeur (1977, p.19) é de “(...) uma teoria das regras que presidem a uma exegese, isto é, a interpretação de um texto singular ou de um conjunto de signos suscetível de ser considerado como um texto”. A hermenêutica implica numa extensão do que tinha sido, num primeiro momento, a exegese dos textos sagrados; implica, em Paul Ricoeur, em liberar a noção de “texto” da noção de escritura; ou em transpô-la, por analogia, a expressões simbólicas que não pertencem propriamente à escrita.

Ricoeur (1977) define “campo hermenêutico” como o lugar em que se defrontam as diversas maneiras de interpretar símbolos (ou expressões de duplo sentido). No entanto, parece não evidenciar o que sejam o símbolo e a interpretação. O que ele faz é definir uma das noções pela outra, isto é: “o *símbolo* seria uma expressão lingüística de duplo sentido que requer uma interpretação; enquanto que a *interpretação* seria um trabalho de compreensão visando a decifrar os símbolos”. Ele diz que neste caso: “A discussão crítica versará sobre o

¹³ MILIDONI, C.B. : Notas de aula da disciplina *Filosofia das Ciências Humanas*, Unesp - Campus de Marília.



direito de procurar o critério semântico do símbolo na estrutura intencional do duplo sentido, e sobre o direito de conservar essa estrutura como o objeto privilegiado da interpretação” (p.19).

Neste contexto, Ricoeur (1977, p.26) afirma que:

(...) há símbolo onde a expressão lingüística se prestar, por seu duplo sentido ou por seus sentidos múltiplos, a um trabalho de interpretação”. Ele diz que o que esse trabalho suscita é uma *estrutura intencional que não consiste na relação do sentido com a coisa, mas numa arquitetura do sentido, numa relação do sentido com o sentido, do sentido segundo com o sentido primeiro, quer essa relação seja ou não de analogia, quer o sentido primeiro dissimule ou revele o sentido segundo*. É essa textura que possibilita a interpretação (...). [grifos do autor]

O símbolo é a região - da linguagem - do duplo sentido. Região essa que é o “lugar das significações complexas: um outro sentido ao mesmo tempo se revela e se oculta num sentido imediato”. Na psicanálise, por exemplo, o “mostrar-ocultar” do duplo sentido, pode ser entendido como uma *dissimulação* daquilo *que pretende dizer o desejo*. Vale lembrar que os sonhos e seus análogos se inserem nessa região. (Ricoeur, 1977, p.18)

“(...) não é o sonho sonhado que pode ser interpretado, mas o texto do relato do sonho; é esse texto que o analista quer substituir por um outro que seria como a palavra primitiva do desejo; assim, é de um sentido a outro sentido que se move a análise; não é o desejo enquanto tal que se encontra situado no centro da análise, mas sua linguagem”. (RICOEUR, 1977, p.17)

Ricoeur (1977, p.22) diz restringir a noção de símbolo “às expressões de duplo e de múltiplo sentido cuja textura semântica é correlativa ao trabalho da interpretação que explicita seu sentido ou seus múltiplos sentidos”. No entanto, esta postulação, é uma questão bastante complexa e que acarreta diversas críticas. Laplanche (1988), por exemplo, diz que “o ponto a que chega Ricoeur com seu próprio método de interpretação é precisamente o que Freud sempre recusou”. O termo *Deutung* [para Freud] assume uma postura mais realista que o “misticismo hermenêutico”, que poderia se encontrar numa hermenêutica do sagrado, pois,

¹⁴ Segundo Laplanche (1988, p.23), (...) nosso texto pode ser o sintoma neurótico, os atos ou o discurso de um sujeito, o texto de uma observação clínica e, de maneira exemplar, a *narração de um sonho*.

supõe a existência de um sentido que deve ser reencontrado e não revelado, como afirma, Laplanche (1988, p.28).

Para esclarecermos a *semântica do signo* e a *semântica do símbolo*, no contexto da interpretação, bem como a intrínseca correlação existente entre estas, esquematizaremos, a seguir, com exemplos e teoricamente a natureza das mesmas.

Na semântica do *signo* se esclarece um sentido, isto é, compreende-se o que o signo quer dizer e o que ele designa. Na semântica do *símbolo* se decifra um sentido, compreende-se como um outro sentido “colado” ao primeiro sentido se mostra e se oculta no segundo sentido.

O signo na teoria psicanalítica não deve ser concebido somente como um signo sensível, uma vez que este último, para Ricoeur, comporta a natureza de uma estrutura de primeiro grau tão somente, e dado que a interpretação abrange também uma estrutura intencional de segundo grau. A natureza desta última consiste no fato de as dimensões estrutural e intencional do signo adquirirem a propriedade de símbolo, isto é, de serem sobrepostas por um segundo sentido, adquirindo, portanto, uma natureza semântica de duplo sentido.

A principal característica do signo pode ser definida enquanto algo que é capaz de veicular um sentido, cuja significação possui uma realidade referencial, isto é, faz com que o signo seja remetido para outra coisa.

Há duas dimensões no signo: a) uma *estrutural*, segundo a qual se tem uma dualidade composta, por um lado, do significante ou signo sensível (exemplo: a imagem acústica da palavra “cavalo”), e, por outro, pelo significado (exemplo: conceito de cavalo) ou pela significação que ele carrega; e b) outra *intencional*, segundo a qual há a seguinte dualidade: signo (o qual é ao mesmo tempo significante e significado) e coisa ou objeto

designado (exemplo: cavalo). Nesse sentido, é essencial não se perder de vista a indissociabilidade efetiva existente entre a dimensão estrutural e a intencional do signo.

Outro ponto importante que não se deve deixar de lado é que é preciso conceber o conceito de ‘significação’ diferentemente nessas duas dimensões: na *dimensão estrutural* tem-se que o “significar” consiste em uma *expressão*, enquanto que na *dimensão intencional* em *designação*.

Já no que se refere à *semântica do símbolo* constatamos a presença de um signo que, além da estrutura intencional de primeiro grau (manifesta, literal, sentido primário) apresentada na semântica do signo, apresenta-se sobreposta a este sentido primário um segundo sentido, cuja estrutura intencional é de segundo grau (sentido latente). A esfera da investigação psicanalítica, por exemplo, está concentrada essencialmente na textura semântica do símbolo, isto é, na estrutura intencional de segundo grau; isto porque: “não diremos que “interpretamos” o signo sensível quando compreendemos o que ele diz”. (RICOEUR, 1977, p.21). Isto é, somente a compreensão da estrutura intencional de primeiro grau existente na semântica do signo não pressupõe um processo de interpretação, uma vez que este último consiste em decifrar o sentido latente implicado na estrutura intencional de segundo grau da semântica do símbolo:

(...) o que a psicanálise chama de sobredeterminação não se compreende fora de uma dialética entre duas funções que são pensadas em oposição, mas que o símbolo coordena numa unidade concreta. A ambigüidade do símbolo não é, então, uma falta de univocidade, mas a possibilidade de suportar e de engendrar interpretações adversas e coerentes cada uma em si mesma. (RICOEUR, 1977, p.400)

Para exemplificarmos como se dá a hermenêutica do processo interpretativo na psicanálise nos apoiaremos no caso do “pequeno Hans”¹⁵: a fobia apresentada por esta

¹⁵ O caso do “pequeno Hans” foi um importante marco na história do movimento psicanalítico, já que a análise desta criança possibilitou a fundamentação de determinadas hipóteses sobre a sexualidade infantil postuladas por Freud em: *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). É importante lembrar que Freud teve apenas um encontro com Hans, pois todo o processo analítico foi efetuado com base no conteúdo dos relatos do pai de Hans a Freud.

criança, isto é, o medo de cavalo (medo de que um cavalo possa mordê-lo) é um substitutivo simbólico do medo do pai (medo da castração). Logo, a dualidade presente no símbolo se acrescenta e se sobrepõe à dualidade precedente, como *relação do sentido segundo ao sentido primeiro*. Essa dualidade pressupõe signos que já possuem um sentido primário, manifesto e que, por esse sentido, remetem a outro sentido.

Em outras palavras temos que: na semântica do signo se esclarece um sentido quando se compreende o que o signo quer dizer e o que ele designa; ao passo que, na semântica do símbolo há um processo de decifração pelo qual se compreende como um outro sentido subjaz a um primeiro sentido (primário), isto é, como um sentido segundo se oculta em um sentido primeiro.

Segundo Laplanche (1988, p.26) “são as estruturas fantasmáticas descobertas pela análise freudiana que se tornam ‘símbolos’ a serem decifrados”. Desse modo, a interpretação psicanalítica, de acordo com este autor repousaria na “certeza de que existem nos comportamentos com os quais é confrontada ao menos dois textos: aquele que o sujeito se dá na imediatez de sua consciência, e um texto, uma espécie de discurso inconsciente que se chama fantasia do desejo” (p.24).

Em vista do que fora exposto até aqui, podemos dizer, de acordo com Monzani, que:

A psicanálise nos introduz nesse domínio onde o sentido é desconhecido para o próprio sujeito, onde ele desconhece as significações que produz e a explicação compreensiva tem por objetivo suturar essa cesura entre o significante e o significado, cesura que é o efeito do fato de a consciência estar “cortada radicalmente de seu sentido”. O cerne da psicanálise estaria nesse trabalho de exegese através da idéia de uma totalidade significativa que deve ser recuperada. (MONZANI, 1990, p.119)

Em resumo, nesta seção, de acordo com os autores em questão, entendemos que a interpretação hermenêutica na psicanálise consiste em uma visada intencional do segundo

sentido no e pelo primeiro sentido, tendo como perspectiva, para tanto, o fato de que o sentido segundo *habita* de certa forma o sentido primeiro.

CAPÍTULO 3.

A INTERPRETAÇÃO NA PSICANÁLISE



CAPÍTULO 3

A INTERPRETAÇÃO NA PSICANÁLISE

3.1 INTERPRETAÇÃO EM PSICANÁLISE: EXPLORAÇÃO DE SENTIDOS

É possível caracterizar a prática da psicanálise pela interpretação¹⁶? De acordo com Laplanche e Pontalis (1996, p.245), a interpretação está no centro da doutrina e da técnica freudianas. A finalidade da interpretação é atingir uma explicação do “verdadeiro”. Para a psicanálise, a verdade encontra-se no retorno do reprimido, o qual é expresso pela sua atuação – *acting out* – e sinaliza a emergência do mesmo, seja através da linguagem falada, de um ato falho, um lapso de memória, um sonho, um sintoma, uma resistência e, principalmente pela transferência, em que a qualidade do vínculo entre analista e analisando poderá possibilitar a reedição de uma experiência mental do passado. Vejamos a seguinte definição de Wollheim (1974, p.158 -159):

“(...) a transferência é vista como a construção de uma neurose miniatural ou “artificial”, dentro da qual o paciente reativa e volta a representar os seus conflitos mais fundamentais, mas desta vez em torno da pessoa do analista. É por isso que tudo que o paciente faz é “passagem ao ato”(acting out). Contudo, por uma série de interpretações, já não dirigidas para eventos confusos ou distantes mas para uma representação dramática em que o paciente está diretamente envolvido, o analista fica habilitado a intervir diretamente no processo de repetição e a convertê-lo num processo de recordação. Inversamente, o paciente em vez de passar ao ato impulsos inconscientes, tem a oportunidade de “eliminar” as resistências aos impulsos e, dessa maneira – pois apenas dessa maneira pode isso ser feito – tornar consciente o que é inconsciente.”

Segundo Wollheim (1974), a psicanálise é tida em relação às ciências empíricas como um caso especial, devido ao fato de sua teoria provir do trabalho prático, isto é, de uma relação diádica entre analista e analisando, em consequência disso apresenta dificuldades especiais, como por exemplo, as dúvidas que surgem quanto à eficácia de sua prática, a qual,

¹⁶ Segundo Laplanche e Pontalis (1996, p.247) “(...) do ponto de vista terminológico, o termo *interprétation* [assim como o termo português interpretação] não se ajusta exatamente ao termo alemão *Deutung*. O termo francês [e o português] orienta sobretudo o espírito para o que há de subjetivo, e até mesmo de forçado, de arbitrário, no sentido que é atribuído a um acontecimento, a uma palavra. *Deutung* parece mais próximo de explicação, de esclarecimento, e apresenta em menor grau, para a consciência lingüística comum, o tom pejorativo que o termo francês [e o português] pode assumir. A *Deutung* de um sonho [por exemplo] consiste, escreve Freud, em determinar sua *Bedeutung*, a sua significação.”

em certo sentido, parte do pressuposto de que: “(...) os sintomas e, por extensão, as neuroses são a expressão patológica de certos desejos e impulsos; a expressão é patológica se os desejos ou impulsos forem – e continuarem sendo – inconscientes”. A princípio, tal pressuposto parece correto. No entanto, Wollheim atenta para o fato de que a frase “tornar consciente o que é inconsciente” não é verdadeira. Ele diz que apenas comunicar ao paciente os seus desejos inconscientes não é suficiente para que estes passem a ser conscientes, já que a repressão poderá persistir e se expressar enquanto resistência, neste caso, “os desejos originais permanecerão inconscientes”. Nesse sentido, Freud, em seu texto *Psicanálise ‘Silvestre’* (1970b [1910]), diz que tal comunicação poderá de fato ser efetuada quando as seguintes condições forem satisfeitas, a saber: o analisando deve estar preparado para se aproximar daquilo que foi por ele reprimido e, conseqüentemente, a transferência com a figura do analista já deve ter sido estabelecida.

Na prática psicanalítica, a função da interpretação, considerando-se a hermenêutica freudiana, consiste em mostrar que o lugar do *cogito* encontra-se ocupado por um falso *cogito*, o qual deve passar por um processo de dissolução, isto é, por um trabalho de pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto – de um conteúdo mental – e re-situar o mesmo em sentido manifesto (RICOEUR, 1977).

No texto *Construções em análise* (1937), Freud formula a seguinte questão: “Como é que uma conjectura do analista se transforma em uma convicção do analisando?”. Para Freud, o trabalho de análise visa induzir o paciente a abandonar repressões; isto é, uma pessoa em análise é induzida a um processo que a faça recordar algo que, em certo momento, foi por ela vivenciado e, em seguida, reprimido. Desse modo, pode-se dizer que a tarefa do analista é *construir* o caminho que leva à recuperação do material reprimido. Logo, uma “construção em análise” ocorre quando o analista expõe ao analisando uma parte de sua história primitiva que foi por ele esquecida. No entanto, vale lembrar que ‘a construção

constitui apenas o trabalho preliminar de um processo de análise e que tal trabalho pode facilitar o retorno do reprimido, bem como a repetição deste na transferência. Vejamos o trecho abaixo:

O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira que possa agir sobre ele; constrói então um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue de modo alternado, até o fim.” (FREUD, 1996e [1937a], p.279).

Em vista disso, vale ressaltar que é preciso que o analista saiba o momento exato de sua comunicação; caso contrário, ocorrerá um aumento da ansiedade por parte do analisando e, conseqüentemente, as defesas egóicas serão reforçadas, de forma a impedir que o processo de elaboração seja concluído. Desse modo, o analista deve, por conseguinte, procurar esclarecer como está configurado o psiquismo do analisando no momento atual, e quais são as relações que o regem e, que em conseqüência de processos defensivos ele é incapaz de perceber e comunicar a si próprio.

(...) só o curso ulterior da análise nos capacita a decidir se nossas construções são corretas ou inúteis. Não pretendemos que uma construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição. Não reivindicamos autoridade para ela, não exigimos uma concordância direta do paciente, não discutimos com ele, caso a princípio a negue. (FREUD, 1996e [1937a], p.283)

Neste contexto, é importante dizer que as reações do paciente diante das construções do analista são, também, conteúdo para interpretação. O ‘não’, por exemplo, pode expressar uma resistência que pode ter sido evocada pelo tema geral da construção que foi apresentada, ou, ainda, ter surgido a partir da complexidade que permeia o processo analítico:

Um 'não' de um paciente, portanto, não constitui prova de correção de uma construção, ainda que seja perfeitamente compatível com ela. De uma vez que toda construção desse tipo é incompleta, pois abrange apenas um fragmento dos eventos esquecidos, estamos livres para supor que o paciente não está de fato discutindo o que lhe foi dito, mas baseando sua contradição na parte que ainda não foi revelada. (FREUD, 1996e [1937a], p. 281)

Agora, por outro lado, se fizermos uma analogia entre o 'não' do analisando (enquanto resposta para uma construção do analista) e o 'sim', veremos que:

"Um simples 'sim' do paciente de modo algum deixa de ser ambíguo. Na verdade, pode significar que ele reconhece a correção da construção que lhe foi apresentada, mas pode também não ter sentido ou mesmo merecer ser descrito como 'hipócrita', uma vez que pode convir à sua resistência fazer uso de um assentimento de uma verdade que não foi descoberta. O 'sim' não possui valor, a menos que seja seguido por confirmações indiretas, a menos que o paciente, imediatamente após o 'sim', produza novas lembranças que completem e ampliem a construção. Apenas em tal caso consideraremos que o 'sim' tratou completamente do assunto em debate. (FREUD, 1996e [1937a], p. 280-281)

Charles Taylor (1975) em seu texto *Force et Sens*, diz que o analista observa e identifica os comportamentos do analisando (os sintomas, ou o conteúdo da fala do paciente em associação livre, ou a maneira como reage à interpretação oferecida pela analista) de acordo com o seu sentido, fato este que antecede o trabalho de interpretação. Desse modo, tais comportamentos não serão identificados de acordo com seus aspectos físicos, mas, sim, com o sentido que têm para o analisando. Logo, pode-se dizer que todos os comportamentos serão, de certa forma, interpretados, isto é, terão um sentido oculto. No entanto, é preciso considerar que tais comportamentos já têm uma dimensão intencional, ou seja, a compreensão do comportamento se dá de acordo com o seu objetivo, pois, sem este mínimo de identificação intencional, a interpretação propriamente analítica não se sustenta¹⁷.

Em resumo, no âmbito da interpretação analítica, no que se refere aos atos verbais do analisando, é preciso, num primeiro momento, "apreender o que ele queria dizer ao

¹⁷ "A dimensão intencional é um dos aspectos que afasta a psicanálise de uma ciência da observação". (TAYLOR, 1975, p.127)

primeiro nível da observação, para poder inferir o que ele queria dizer a um nível mais profundo, inconsciente.” (TAYLOR, 1975, P.126)

Desse modo, talvez seja possível pensarmos a interpretação na psicanálise, em certa medida, como “exploração de sentidos”, a partir da dinâmica da situação analítica, isto é, das interações entre analista e analisando, em que a possibilidade de análise permitirá ao analista pensar um processo singular a partir de uma inter-relação. Entretanto, se considerarmos a psicanálise freudiana, tão somente, como uma teoria do sentido, estaremos ignorando a dimensão energética desta psicanálise e, conseqüentemente, suas instituições capitais. Vejamos o seguinte trecho:

(...) o comportamento compreende-se, por conseguinte, de acordo com o seu sentido intencional. No entanto, também sofre a ação causal, em conseqüência de um campo de forças que deformam as imagens intencionais, que deslocam o desejo de seu verdadeiro objetivo para um fim secundário (...). É por isso, que [na psicanálise] uma simples leitura pelo sentido não é nunca suficiente. Porque o nosso comportamento, os nossos pensamentos contêm sempre uma boa parte do insensato, o contraditório, ou mesmo incompreensível. (...) o fato é que o texto sensato de nossa vida é constantemente cruzar não-senso e contra-senso. Sofremos forças que brotam de nós mesmos e que não compreendemos, nem dominamos. (TAYLOR, 1975, p.130-131)¹⁸

Diante do exposto, faz-se necessário elucidarmos que a exata relação entre os conceitos de ‘construção’ e de ‘interpretação’ que compõem a psicanálise freudiana fundamenta-se no princípio de que na prática clínica, a interpretação do analista deve, com efeito, suscitar a convicção do analisando, pois se este fato não ocorre, o efeito terapêutico fracassa. Nesse sentido, de acordo com Assoun (1990, p.60), podemos notar que: “É esse aspecto “relacional” que a idéia de construção adiciona à idéia de “interpretação”: se esta última está centrada no objeto, a primeira lembra que ela se inscreve numa dialética do assentimento”.

¹⁸ Tradução nossa.



Embora, nos dias atuais, o conceito de ‘interpretação’ seja empregado, de maneira geral, para designar praticamente todo tipo de intervenção (verbal e não verbal) feita pelo analista em relação ao sujeito da análise, vale lembrar que na obra freudiana, as primeiras referências sobre o tema da interpretação são aquelas que dizem respeito à *Interpretação dos Sonhos*. É o que veremos na seção 3.3 do presente trabalho.

3.2 A INTERPRETAÇÃO COMO EXERCÍCIO DA SUSPEITA

Nosso intuito na presente seção é desenvolver uma reflexão acerca da *Interpretação como exercício da suspeita*, a fim de que possamos elucidar um pouco mais a dimensão hermenêutica da epistemologia freudiana. Para tanto, pretendemos articular o trabalho de Ricoeur (1977) em *Da interpretação: ensaio sobre Freud*, ao trabalho de Foucault (2005) em *Marx, Nietzsche e Freud*, os quais poderão nos fornecer subsídios para nos auxiliar na fundamentação de nossa proposta.

Para Paul Ricoeur, existem dois grandes estilos interpretativos, que dariam lugar a duas espécies de “escolas hermenêuticas”: a *interpretação ligada ao simbolismo do sagrado*, cujo objetivo é o recolhimento do sentido que se encontra nas “hierofanias” e a *escola da suspeita*, a qual ele se refere como o lugar de “redução” das ilusões e das mentiras da consciência.

Na escola da suspeita há três mestres que a dominam: Marx, Nietzsche e Freud, segundo Paul Ricoeur (1977). A hermenêutica, para esta “escola” é entendida como uma *retirada de máscara*, isto é, uma ciência *mediata* do sentido, tal como ele pode aparecer depois de uma “decifração de suas expressões”. A interpretação, neste caso, é tida como exercício da suspeita e, também como “método” da astúcia. Comentemos o que Ricoeur diz a

esse respeito: os “mestres da suspeita” consideram a consciência como “falsa consciência” e retomam o problema da *dívida cartesiana*; após a dúvida sobre a coisa, ingressam na dúvida sobre a consciência. Para o cartesiano, segundo Ricoeur, o sentido eqüivale à consciência do sentido; porém, a partir dos “três mestres...”, duvidamos disso. Duvida-se da identificação de cunho cartesiano entre sentido e consciência imediata do sentido. Neste caso, se a consciência não é tal como acredita ser, deve ser instaurada uma nova relação entre o *patente* e o *latente*. “Essa nova relação corresponderia à que a consciência instituíra entre a aparência e a realidade da coisa”. (RICOEUR, 1977, p.38)

Ainda que os “três mestres da suspeita” sejam considerados como “destruidores” das ilusões da consciência, eles não são céticos. Eles abrem a perspectiva para um novo reino da *verdade*; não somente por meio de uma crítica destruidora, mas pela invenção de uma arte de interpretar. A partir deles a compreensão se torna uma hermenêutica, ou seja, a busca pelo sentido passa a ser a decifração das expressões da consciência. (RICOEUR, 1977, p.37)

O essencial é que todos três criam, com os meios disponíveis, isto é, com e contra os preconceitos da época, uma *ciência* mediata do sentido, irredutível à consciência imediata do sentido. O que os três tentaram, e em perspectivas distintas, foi fazer coincidirem seus métodos “conscientes” de decifração com o *trabalho* “inconsciente” da cifração que atribuíram à vontade de poder, ao ser social e ao psiquismo inconsciente. (RICOEUR, 1977, p.38)

Para Ricoeur, na psicanálise freudiana, por exemplo, o problema da consciência pode ser notado através da análise da interpretação dos sonhos, assim como dos sintomas neuróticos. Ele diz que: “(...) a psicanálise fala da “cura pela consciência”. O termo é correto, contanto que se diga que a análise quer substituir uma consciência imediata e dissimuladora por uma consciência mediata e instruída pelo princípio de realidade”. (RICOEUR, 1977, p.38-39)

Segundo Franco (1995, p.177), “Ricoeur quer fornecer subsídios para solucionar alguns impasses da interpretação analítica. Quer também oferecer sugestões de solução para o

encontro de uma hermenêutica da suspeita e desmistificadora com uma hermenêutica do sentido e do sentido transcendente”. Isto é assim, embora concordemos com Laplanche que este não era o projeto freudiano. O sentido transcendente, fruto da revelação divina, tal qual aparece cifrado nos textos sagrados não é algo que se re-encontra depois de um laborioso trabalho de interpretação (Freud) senão algo que se revela na sua exegese bíblica.

Para Foucault (2005), a interpretação, após Marx, Nietzsche e Freud, tornou-se uma “tarefa infinita”. Ele conclui isso a partir de alguns postulados que fundamentam a hermenêutica moderna:

(...) para a hermenêutica moderna, de quanto mais se avança na interpretação quanto mais há uma aproximação de uma região perigosa em absoluto, onde não só a interpretação vai encontrar o início do seu retrocesso, mas que vai ainda desaparecer como interpretação e pode chegar a significar inclusive a desaparecimento do próprio intérprete. A existência sempre aproximada do ponto absoluto de interpretação, significaria ao mesmo tempo a existência de um ponto de ruptura. (FOUCAULT, 2005, p.55)

Segundo Foucault, o desenvolvimento dado à tradição hermenêutica por Marx, Nietzsche e Freud advém do fato não de ampliarem o campo simbólico da linguagem com uma respectiva referenciação nova que lida com um novo aspecto da realidade antes desconhecida, mas sim de conceder ao símbolo um novo estatuto semântico, segundo o qual a interpretação deve proceder a uma decifração da ambigüidade ingênita ao símbolo. Isso porque este último é em certo sentido ‘malévolo’, isto é, apresenta-se conforme uma aparência que resguarda em si mesmo de maneira implícita e subentendida uma essência que configura sua verdadeira significação.

(...) Marx, Nietzsche e Freud, situaram-nos ante uma possibilidade de interpretação e fundamentaram de novo a possibilidade de uma hermenêutica (...). O que nos coloca numa posição incômoda, já que estas técnicas de interpretação nos dizem respeito, e que nós, como intérpretes, teremos que interpretar-nos a partir destas técnicas. (FOUCAULT, p. 51)

Resumidamente, pode-se dizer, segundo Ricoeur (1977), que os mestres começam pela suspeita quanto às ilusões da consciência e continuam pela astúcia da decifração. O ponto de partida, ou o ponto em comum, entre estes últimos é considerar a consciência imediata como “falsa consciência” ou como fonte de ilusões. Logo, os fundamentos da *suspeita* referem-se às “evidências da consciência”, quanto à validade daquilo que faz sentido ou tem sentido na consciência imediata.

Para encerrarmos esta seção, recorreremos a alguns exemplos dados por Freud em *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901) que dizem respeito às parapraxias [*Fehlleistung* - “função falha”] e que ilustram bem a temática em questão, pois demonstram que estas últimas têm, de fato, uma motivação oculta:

1) Sobre *erros*: Ao discorrer sobre “os erros”, Freud cita um caso de um de seus pacientes que pretendia fazer uma viagem à Veneza. Ao tomar conhecimento do fato, Freud se lembra que tem em sua biblioteca dois livros que falam sobre tal cidade e promete emprestá-los ao paciente. Mas quando vai buscá-los Freud separa apenas um livro que corresponde ao assunto em questão, (Veneza, Cidade da Arte) já o outro que deveria ser um livro histórico sobre a cidade de Veneza, foi trocado por um outro sobre ‘Os Medici’. Freud diz que ao entregar os livros ao paciente percebe o erro cometido e interpreta-o, admitindo que na verdade não concordava com a viagem de seu paciente, já que esta última iria interromper o tratamento em um momento não favorável. (FREUD, 1976 [1901], p.267)

2) Sobre um *erro* que pode ser descrito como um *lapso de língua*: O pai vai ao cartório para registrar o nascimento de sua segunda filha, quando o funcionário pergunta qual será o nome dado à criança, o pai responde ‘Hanna’, (o nome dado à sua primeira filha), então o funcionário atenta o pai para o fato de que ele já havia registrado uma filha com tal nome. Conclui-se, portanto, que a segunda filha não havia sido tão desejada quanto a primeira. (FREUD, 1976 [1901], p.271)

3) Sobre *lapsos de língua*: Freud diz que no decorrer de uma análise de uma paciente, em algum momento ela havia expressado um sentimento de vergonha em relação a própria família. Ao comunicar-lhe tal fato, a paciente diz não se lembrar disso e não admite ter feito tal declaração e continua sua fala referindo-se a família: ‘Uma coisa não posso negar, todos são pessoas fora do comum, todos eles possuem *Geiz* [avareza]... eu queria dizer *Geist* [inteligência]’. Neste caso, Freud diz que “freqüentemente a idéia que desejamos reter é exatamente aquela que abre caminho em forma de lapso de língua”. (FREUD, 1976c [1901], p.89)

Nos comentários introdutórios do texto *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901), de Freud, James Strachey (1976c, p.18) relata que apesar de as parapraxias não se revelarem como fenômenos que exigem, para seu entendimento, uma explicação por demais complexa, foi por meio destas últimas que Freud obteve subsídios para sustentar a tese que fundamenta seu trabalho em *A Interpretação dos Sonhos*, qual seja: a existência de dois modos distintos de funcionamento mental, a saber, os processos primário e secundário¹⁹. É importante ressaltar ainda, de acordo com Strachey, que foi investigando as parapraxias que Freud fundamentou sua crença a respeito da “aplicação universal do determinismo aos eventos mentais”, na qual; ele apoia sua teoria de que “deve ser possível descobrir os determinantes psíquicos de cada um dos menores detalhes dos processos da mente”.

Wollheim (1974, p.83) em seu livro: *As idéias de Freud*, diz que a tese de Freud em relação as parapraxias foi que, ainda que as causas destas últimas sejam atribuídas ao mero acaso, ou a um incidente, ou a uma desatenção, é preciso considerar que em todos estes casos existe de fato um impulso ou uma intenção atuante. Para Wollheim, “em qualquer parapraxia existe o que poderíamos considerar como um ato perturbador e um ato perturbado”.

¹⁹ Pode-se dizer que do ponto de vista tópico, os processos primário e secundário caracterizam-se, consecutivamente, por: sistema inconsciente e sistema pré-consciente-consciente.

Concluindo, a partir dos exemplos acima citados, a respeito das parapraxias, torna-se claro na esteira de Foucault e Ricoeur, a característica metodológica da psicanálise freudiana, segundo a qual há um procedimento hermenêutico em que os dados imediatos da semântica de um dado significante (lingüístico ou não lingüístico) não conformam à verdadeira natureza do mesmo significante; e também fica claro a originalidade epistemológica com que Freud renovou os parâmetros das técnicas de interpretação da tradição hermenêutica, já que até Freud não se havia ainda praticado uma análise da subjetividade humana em que os significantes referentes a esta última tivessem uma ambigüidade semântica interpretada e compreendida segundo um sistema psíquico de forças inconscientes. Em vista disso, pode-se dizer que este fato contribuiu de forma significativa para a constituição dos fundamentos epistemológicos da técnica interpretativa da psicanálise freudiana, qual seja, a interpretação.

3.3 A INTERPRETAÇÃO COMO O TRABALHO DE DECIFRAÇÃO DO SONHO

Freud faz do sonho um modelo de todas as expressões dissimuladas, substituídas e fictícias do desejo humano. (RICOEUR, 1977, p.17)

Freud explicita, no começo do capítulo II de “A interpretação dos sonhos”, o objetivo a ser alcançado nessa obra; qual seja, o de demonstrar que os sonhos são passíveis de ser interpretados. Ele conceitua o que seja “interpretar” um sonho da seguinte maneira: (...) “interpretar” um sonho implica atribuir a ele um “sentido” – isto é, substituí-lo por algo que se ajuste à cadeia de nossos atos mentais como um elo dotado de validade e importância iguais ao restante” (FREUD, 1996p [1900], p.131).

A hipótese formulada por Freud de que uma interpretação científica dos sonhos seria possível é confirmada quando ele resolve trilhar o caminho apontado por Breuer, o qual

sugere que a solução para o entendimento de uma determinada estrutura neurótica coincide com sua decomposição. Na busca desse entendimento, Freud passa a utilizar no tratamento analítico a técnica da associação livre, através da qual ele pôde perceber que o relato dos sonhos do paciente emergia de forma espontânea no contexto discursivo de suas idéias patogênicas reprimidas. Logo, ele conclui que uma analogia entre sonho e sintoma se torna viável, no âmbito do processo analítico, já que ambos se revelam enquanto expressões deformadas de um conteúdo psíquico. Vejamos o seguinte trecho:

Meus pacientes assumiam o compromisso de me comunicar todas as idéias ou pensamentos que lhes ocorressem em relação a um assunto específico; entre outras coisas, narravam-me seus sonhos, e assim me ensinaram que o sonho pode ser inserido na cadeia psíquica a ser retrospectivamente rastreada na memória a partir de uma idéia patológica. (Freud, 1996p [1900], p.135)

Em vista disso, pode-se dizer que a grande contribuição teórica acrescentada por Freud, à psicanálise, através da obra “A interpretação dos sonhos”, foi, segundo Monzani (1989, p.139), “(...) pensar o inconsciente como um subsistema do sistema psíquico, codificar metodicamente o seu modo particular e característico de funcionamento, desvelando, assim, de maneira extremamente clara pela primeira vez as propriedades desse objeto por excelência do discurso analítico”. Nesse sentido, é válido nos reportarmos também à seguinte postulação feita por Mezan (1982, p.77):

“O que a *Interpretação dos Sonhos* traz de novo é o estudo minucioso dos mecanismos de deformação, chamados de “trabalho do sonho”, e uma teoria abrangente do aparelho psíquico, capaz de dar conta da possibilidade deste trabalho. A importância desta investigação para a modelação da teoria das neuroses, num registro propriamente psicológico, e para a elucidação do problema da repressão, cuja atividade é fácil de perceber por trás da deformação onírica, não precisa ser ressaltada.”

A importância de se analisar os sonhos enquanto um modelo de processo interpretativo reside no fato de que o sonho substancializa-se em relações simbólicas no

contexto da vida diária das pessoas e serve de parâmetro de ação ou de sensações na vida de vigília. Segundo Freud, isso se dá porque a opinião leiga, também, admite que no sonho há um significado oculto e que para desvendar este significado é preciso, através do método *simbólico*, substituir o conteúdo do sonho por um outro conteúdo correspondente a este. Em um sonho intenso, no qual se vê sete vacas gordas sendo devoradas por sete vacas magras, a exemplo de uma famosa passagem bíblica, significa que após sete anos de fartura virão sete anos de miséria. Porém, Freud considera que tal método não-científico, a saber, o *simbólico*, possui uma aplicação restrita, já que correlaciona de forma fixa e imutável, no sonho, um significado aparente com outro que é interpretado como verdadeiro, desconsiderando, portanto, a complexidade que compõe um sonho, qual seja, o fato de um mesmo significado manifesto poder ter, em diferentes pessoas, diferentes sentidos latentes correspondentes.

Um outro método, também utilizado pela opinião leiga, no trabalho de interpretação dos sonhos é o da *decifração* que consiste em traduzir um signo por outro, segundo um “código fixo”; ou seja, como exemplifica o próprio Freud, “sonhar com *carta* significa *transtorno*”; “sonhar com *funeral* significa *noivado*”. Neste caso, ele diz que o que irá fundamentar este método é a confiança depositada no “código”. Diante disso, conclui Freud (1996 [1900], p.134) que ambos os métodos acima citados, não devem ser aplicados quando se pretende fazer uma análise científica a respeito do assunto em questão. Pois, para interpretar um sonho de maneira válida e rigorosa, é preciso que haja um trabalho de análise de modo a inseri-lo na história clínica que subjaz a estrutura neurótica do paciente.

Monzani (1989, p.60) diz que a novidade apresentada por Freud em *A Interpretação dos sonhos*, seu principal texto a respeito do tema da interpretação, foi “operar uma distinção entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente e mostrar que o cerne deste último é o *inconsciente*”. De acordo com tal autor, “A Interpretação dos sonhos” pode ser considerada como “o momento de gênese do discurso psicanalítico”, por apresentar uma nova

epistemologia fundamentada na análise dos efeitos de processos inconscientes (sonhos, sintomas neuróticos, atos falhos) sobre o consciente.

É nesse texto [*A interpretação dos sonhos*] que, sem dúvida, o leitor assiste a uma exposição regrada e metódica de como opera a interpretação no campo da Psicanálise – descrição minuciosa de seu modo de funcionamento, codificação precisa das técnicas que estão aí envolvidas e, sobretudo, desvelamento de sua eficácia em colocar a claro um sentido oculto que é veiculado através dos sonhos. (MONZANI, 1989, p.104)

É através do processo de interpretação, segundo esse autor, que se revelam os mecanismos psíquicos presentes no trabalho de elaboração dos sonhos, como por exemplo, o *deslocamento* e a *condensação*. Em relação ao primeiro mecanismo podemos dizer que, de acordo com Freud (1996p, [1900]p.333), “(...) é uma força psíquica que, por um lado, despoja os elementos com alto valor psíquico de sua intensidade, e, por outro, *por meio de sobredeterminação*²⁰ cria, a partir de elementos de baixo valor psíquico, novos valores, que depois penetram no conteúdo do sonho”. Para Mezan (1982, p.81) “o deslocamento é o mecanismo mais importante para a formação do sonho, dado que é mediante as transferências de intensidade psíquica operadas por ele que os pensamentos latentes podem aceder à consciência, convenientemente disfarçados para aludir a censura”. Quanto ao segundo mecanismo citado, a condensação, ele pode ser notado ao se fazer uma análise comparativa, entre o conteúdo do sonho com os pensamentos oníricos, já que, “os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e a riqueza dos pensamentos oníricos. Vemos, portanto, que, no relato do sonho se efetuou um trabalho de condensação”. (Freud, 1996p [1900], p.305). Em vista disso, pode-se dizer que a condensação faz com que os conteúdos latentes de um sonho sejam expressos em um único conteúdo manifesto; ou como aponta Wollheim (1974, p.72), ela impede a existência de qualquer correspondência nítida, de

²⁰ “A importância da sobredeterminação aparece imediatamente na técnica da interpretação, para dirimir a dúvida quanto à pertinência de todas as associações produzidas pelo indivíduo aos pensamentos latentes”. (MEZAN, 1982)



um a um, entre os elementos do conteúdo manifesto e os do conteúdo latente. Este autor diz ainda que tanto a condensação quanto o deslocamento podem ser considerados como sinalizadores do inconsciente, quando este entra em contato ou invade a consciência.

Entendemos, assim, que o sonho sonhado jamais poderá ser reproduzido de maneira fidedigna; entretanto, através do trabalho de interpretação dos sonhos é possível chegar aos pensamentos do sonho que não foram revelados durante o relato deste. Em resumo, de acordo com Freud (1996p [1900], p.305), pode-se dizer que: “(...) de fato, nunca é possível ter certeza de que um sonho foi completamente interpretado. Mesmo que a solução pareça satisfatória e sem lacunas, resta sempre a possibilidade de que o sonho tenha ainda outro sentido. Rigorosamente falando, portanto, é impossível determinar o volume da condensação”.

Para Freud (1996p [1900], p.538) os pensamentos do sonho são totalmente racionais e situam-se entre processos de pensamentos que não se tornaram conscientes. No entanto, é a partir de alterações sofridas por tais processos que se originam os pensamentos ditos conscientes. Ele nos diz que, ao adormecermos, surgem as representações “involuntárias”, a saber, idéias que se apresentam à consciência em função do afrouxamento das defesas psíquicas, as quais influenciaram o curso de nossas representações durante o estado de vigília. Estas idéias emergem conforme ocorre o adormecimento e são transformadas em imagens visuais e acústicas, isto é, em sonho propriamente. No entanto, em uma situação de análise, este processo, através da técnica da associação livre, sofre algumas alterações se comparado ao estado de adormecimento:

No estado utilizado para a análise dos sonhos e das idéias patológicas, o paciente, de forma intencional e deliberada, abandona essa atividade [relaxamento das funções mentais, (juízo crítico, por exemplo)] e emprega a energia psíquica assim poupada (ou parte dela) para acompanhar com atenção os pensamentos involuntários que então emergem e que – e nisso a situação difere da situação do adormecimento – retêm o caráter de representações. Dessa forma, as representações “involuntárias” são transformadas em “voluntárias.” (FREUD, 1996p [1900], p.137)

Para se chegar a uma possível interpretação de um sonho é preciso, num primeiro momento, que se faça a passagem do conteúdo manifesto²¹ para o conteúdo latente²² deste último, e, assim, será possível encontrarmos o significado do sonho, isto é, conferir-lhe um sentido. Segundo Laplanche e Pontalis (1996), a diferença fundamental entre conteúdo manifesto e conteúdo latente, para Freud, é que o primeiro é o produto do trabalho do sonho e o segundo o do trabalho inverso, ou seja, o da interpretação. Neste contexto, é importante considerar, também, que antes de Freud, o trabalho de interpretação do sonho era feito somente com base no conteúdo manifesto; a partir de então, um novo dado psíquico passa a colaborar com tal trabalho, a saber, o conteúdo latente que se expressa através dos *pensamentos do sonho* e, com efeito, compreende o sentido do sonho.

Segundo Freud (1900, p.303) o material que emerge no curso da interpretação dos sonhos não é todo do mesmo valor, e conclui isso a partir de suas tentativas de estruturá-los por síntese dos pensamentos do sonho. Para ele “os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho nos são apresentados como duas versões do mesmo assunto em duas linguagens diferentes.” No entanto, através do trabalho de interpretação é possível chegar aos pensamentos do sonho que permaneceram ocultos durante o seu relato.

Diante do exposto, é válido nos reportarmos, também, à relevância do simbolismo onírico para a interpretação dos sonhos, a qual é admitida por Freud em vários momentos. No trabalho de interpretação dos sonhos, o simbolismo é empregado como forma de expressão dos pensamentos latentes. Freud diz que seria necessário ir muito além do âmbito da interpretação para se fazer justiça à importância dos símbolos e, ainda, para examinar os numerosos problemas relacionados a esta problemática, especialmente no que se refere ao conceito de símbolo. Todavia, ele adverte que não se deve restringir o trabalho de

²¹ Por conteúdo manifesto, de acordo com a teoria psicanalítica freudiana, entende-se o relato do sonho feito pela pessoa deste, isento de um processo interpretativo.

²² Resumidamente, de acordo com Laplanche e Pontalis (1995), pode-se definir o conteúdo latente enquanto: “o conjunto de significações a que chega a análise de uma produção do inconsciente, particularmente do sonho”.

interpretação a tradução de símbolos, desconsiderando, assim, a técnica de associação do próprio sonhador. Ele nos diz que ambas as técnicas (simbolismo e associação) devem ser utilizadas de forma complementar. Porém, atribui uma importância mais fundamental às associações do sonhador, considerando, portanto, a tradução de símbolos como um método auxiliar daquele trabalho.

Em “O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise”, Freud (1911) procura mostrar de que maneira a “arte de interpretação dos sonhos” deve ser inserida no tratamento psicanalítico. Para ele a interpretação dos sonhos, enquanto parte do método analítico, tende, por vezes, a induzir o analista a restringir seu trabalho a esse método praticamente, já que em muitos casos os sonhos se encaixam de forma bastante adequada no contexto do tratamento. No entanto, Freud atenta para o fato de que a análise de um sonho pode se tornar muito extensa, comprometendo assim, o trabalho analítico como um todo, em função de o analista abandonar a técnica da associação livre, deixando passar despercebido o conteúdo que aparece na superfície da mente do paciente, inclusive as resistências. Nesse caso, o tratamento poderá perder o contato com a atualidade e, conseqüentemente, o analista se distanciará do objetivo terapêutico.

Freud sugere que se caso um sonho não tenha sido interpretado ou trabalhado o suficiente em uma única sessão, então, ele não deve ser retomado na sessão posterior, pois a atenção do analista deverá estar voltada para a análise da primeira associação feita pelo paciente naquela sessão. Afirma também que o analista não deve demonstrar um interesse demasiado sobre os sonhos do paciente, porque isso pode ser um fator propício para desencadear resistências por parte do paciente e, até mesmo, provocar uma interrupção no trabalho dos sonhos. Ainda que essa ressalva apresentada por Freud sugira que, agindo assim, o analista possa estar perdendo um material valioso para o seu trabalho de interpretação, é preciso considerar que as produções oníricas contêm praticamente “todo material patogênico

do caso” e, em consequência disso, a simples tentativa de interpretar os sonhos acionam resistências que até então permaneceram latentes e que irão barrar o processo interpretativo, de forma a “estabelecer limites para a sua compreensão”. Em vista disso, Freud (1969 [1911], p.124) adverte que “a interpretação dos sonhos não deve ser perseguida no tratamento analítico como arte pela arte, mas que seu manejo deve submeter-se àquelas regras técnicas que orientam a direção do tratamento como um todo”.

Em resumo, a satisfação disfarçada de um desejo recalcado, uma das principais características do sonho, nos leva a entendê-lo, segundo Ricoeur (1977), no contexto de uma “hermenêutica da decodificação”. Ele diz que, no trabalho do sonho, é função da interpretação substituir “a treva do desejo pela luz do sentido”. Em um processo de análise, segundo esse autor, é o texto do relato do sonho que deve ser interpretado e não o sonho-em si; o objetivo do analista é substituir tal texto por um outro que irá revelar a “palavra primitiva do desejo”. Desse modo, o movimento de uma análise se dá através da passagem e da articulação de um sentido a outro sentido, sendo, portanto, a linguagem do desejo, a chave do processo. Logo, para ele, o sonho pode ser considerado como um paradigma da interpretação, por ser um representante de todas as astúcias provenientes do desejo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho percorremos um campo amplo em busca de uma integração teórica geral das perspectivas da psicanálise freudiana, na tentativa de considerar a hipótese de que a interpretação é um dos elementos fundamentais que caracterizam a epistemologia freudiana, já que, ao ser empregada no trabalho clínico tendo em vista fins terapêuticos, simultaneamente tem a finalidade de ser empregada na construção teórica de um modelo explicativo do psiquismo humano. Em outras palavras, o papel epistemológico da interpretação verifica-se justamente no fato de ela ser uma técnica terapêutica que deve necessariamente ultrapassar seus fins terapêuticos para buscar uma compreensão do funcionamento psíquico humano, pois desse fato depende a “cura” da patologia psíquica. Dizemos “ultrapassar”, porque, muito embora a dita busca da natureza humana se confunda com fins práticos, ela não pode ser reduzida a estes, possuindo, portanto, uma característica própria, a saber: o anseio por possuir o conhecimento por si mesmo.

Vimos que o emprego da técnica hermenêutica confere à epistemologia freudiana um procedimento metodológico e explicativo cuja racionalidade não se enquadra rigorosamente nos padrões convencionais da pesquisa das ciências empíricas. Tais padrões caracterizam-se, a grosso modo, por fundamentarem a pesquisa em um sistema axiomático constituído por postulados matemáticos (e seu correspondente grupo de operações) e em métodos experimentais racionalmente construídos. A psicanálise freudiana, ao se deparar com as dificuldades epistêmicas, postas pela propriedade subjetiva, de seu objeto de pesquisa, se viu impelida a criar técnicas hermenêuticas para elucidar os motivos subjacentes à dimensão semântica ambígua constituinte do funcionamento mental humano, servindo-se para tanto, de uma perspectiva energética em que são expressas relações de forças através das quais se processa a estrutura semântica do mental.



A partir do estudo das dimensões energética e hermenêutica da psicanálise freudiana, constatamos que é possível caracterizar a epistemologia desta psicanálise a partir da análise da interação daquelas dimensões epistêmicas.

A dinâmica que se processa nas relações de forças pulsionais, representadas conceitualmente pela metapsicologia, só pôde ser descrita em suas leis gerais na medida em que Freud se baseou numa racionalidade experimental atuante na esfera da clínica terapêutica. A teoria do funcionamento psíquico humano, em Freud, surgiu, também, em decorrência de preocupações médico-terapêuticas. Isso significa que a ele não bastavam as análises propriamente objetivas da neurofisiologia para lidar eficientemente com os diversos distúrbios psíquicos. Era preciso pressupor condições experimentais novas que possibilitassem uma melhor compreensão teórica dos fenômenos mentais; que articulassem racionalmente, na clínica terapêutica, diversos fatos isolados com base já em certas hipóteses, a fim de encontrar na concatenação deles, determinados padrões de funcionamento mental.

Mas que tipo de fatos? Aí é que entra a questão hermenêutica no freudismo. As propriedades subjetivas da mente não podem cair sob as representações das fórmulas matemáticas, pois os processos causais na esfera do subjetivo, segundo o freudismo, caracterizam-se pela determinação do comportamento intencional da mente pelo funcionamento do campo de forças que atuam na mesma mente. Esta determinação só é apreensível conceitualmente em condições experimentais específicas, como as proporcionadas pela prática clínica psicanalítica, na qual o discurso lingüístico e outros tipos de referentes (por exemplo, um ato falho) expressos na livre-associação oriunda do paciente devem ocupar o cerne da psicanálise, o que implica em transpassar a aparência da semântica imediatamente manifestada por tais referentes a fim de apreender-lhes a semântica latente, que constitui os motivos da disfunção psíquica ao nível das relações de forças.



Ora, esta análise do sentido feita pelo viés energético pressupõe uma técnica hermenêutica que permita lidar com relações de duplo sentido, e não propriamente com relações de grandezas que se exprimem por fórmulas lógico-matemáticas. Logo, acreditamos que a racionalidade específica da epistemologia freudiana pode ser caracterizada através da hermenêutica e da energética, e que o significado da interpretação na episteme psicanalítica está no fato de ela contribuir para explicar racionalmente a estrutura funcional da subjetividade humana.

Por fim, gostaríamos de expor algumas questões que emergiram como resultado desta pesquisa. No entanto, tais questões requerem uma maior reflexão e tratamento, que extrapolam, por ora, os objetivos inicialmente postulados. Quais sejam: em que medida podemos dizer que a interação dinâmica entre energética e hermenêutica caracteriza e fundamenta a epistemologia freudiana? Os critérios racionais com que Freud estabeleceu os parâmetros experimentais constituintes dos processos de construção e validação da teoria metapsicológica podem, de fato, proporcionar a esta teoria uma efetiva referência à realidade psíquica humana? O significado ou a consistência da teoria psicanalítica podem ser totalmente compreendidos somente por meio da energética e da hermenêutica?

Acreditamos que o trabalho que realizamos neste curso de mestrado proporciona algumas condições para refletirmos sobre estas questões difíceis, na medida em que o estudo sobre a interpretação psicanalítica contribui para a compreensão da maneira como a teoria metapsicológica se estruturou enquanto representação dos fenômenos psíquicos e endopsíquicos. Da busca de soluções a estas questões depende a fundamentação da hipótese de que a psicanálise freudiana é ou não uma ciência. Por ora, apenas ficamos com nossa profunda admiração pelo esforço teórico-prático que Freud empreendeu para compreender a natureza da mente humana e para sanar as disfunções que acometem esta última.



_____. *Psicologia de grupo e a análise do ego*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996b (1937) v.18

_____. *Inibições, Sintomas e Ansiedade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996c (1925) v.20.

_____. *Psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996d (1926) v.20.

_____. *Construções em análise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996e (1937a) v.23.

_____. *Análise terminável e interminável*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996f (1937b) v.23.

_____. *Esboço de Psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996g (1938) v.23.

_____. *A história do movimento psicanalítico*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996h (1914). v.14.

_____. *Os instintos e suas vicissitudes (Pulsões e seus destinos)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996i (1915a). v.14.

_____. *Repressão*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996j (1915b). v.14.

_____. *O inconsciente*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996l (1915c). v.14.

_____. *Moisés e o monoteísmo*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996m (1939). v.23.

_____. *Por que a guerra?* In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996n (1933) v.22.

_____. *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996o (1932) v.22.

_____. *A interpretação dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996p (1900) v. IV e V.

FULGÊNCIO, L. *As especulações metapsicológicas de Freud*. In: *Natureza Humana* 5(1): p.129-173, jan - jun., 2003

GREEN, A. *O discurso vivo: a conceituação psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

GRÜNBAUM, A. *The foundations of psychoanalysis: a philosophical critique*. Berkeley: University of California. Press, 1984.



KAUFMANN, P. *Freud: a teoria freudiana da cultura..* In: História da Filosofia: Idéias, Doutrinas - O século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p.19-70.

KITCHER, P. *Freud's Dream: a complete interdisciplinary science of mind*. Massachusetts: MIT Press, 1995.

LAPLANCHE, J. *Interpretar (com) Freud*. In: Teoria da sedução generalizada e outros ensaios. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988, p.21-32.

_____. *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

_____. *Vocabulário da Psicanálise*: Laplanche e Pontalis. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MACKAY, N. *Motivation and Explanation: an essay on Freud's philosophy of science*. Psychological Issues. Monograph 56. Madison, Connecticut: International Universities Press, 1989.

MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva, 1982

_____. *Freud, pensador da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MILIDONI, C.B. *Heurística Freudiana no "Projeto para uma psicologia científica"*. Tese de doutoramento apresentada no IFCH da Unicamp, em maio de 1993.

_____. *Metapsicologia freudiana e ciência cognitiva: os riscos da Interdisciplinaridade*. In: Encontro com as Ciências Cognitivas, (Org. Maria Eunice Quilici Gonzalez e outros). Marília: Unesp-Marília, 2001. v.3, p.3-11.

MONZANI, L.R. *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989

_____. *Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço e perspectivas*. (Org.) Bento Prado Jr. In: Filosofia da Psicanálise. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NAFFAH NETO, A. *A psicoterapia em busca de Dioniso: Nietzsche visita Freud*. São Paulo: EDUC/Escuta, 1994.

PRADO, B. JR. (org.). *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

ROSOLATO, G. *Elementos da interpretação*. São Paulo: Escuta, 1988.

ROUANET, S.P. *A razão cativa – As ilusões da consciência: de Platão a Freud*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALMON, W.C. *Teoria psicanalítica e provas*. In: *Freud: uma coletânea de ensaios críticos*. Wolheim R. (Org.). São Cristóvão: Arte Nova, 1976. p. 61 a 73.

SANDLER, J. *O paciente e o analista: fundamentos do processo psicanalítico*. (Orgs. Joseph Sandler, Christofer Dare e Alex Holder). Rio de Janeiro: Imago, 1976.



STRACHEY, J. Notas introdutórias ao artigo de Freud *Os instintos e suas vicissitudes*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1915) v.14.

STRACHEY, J. Notas introdutórias ao artigo de Freud *A psicopatologia da vida cotidiana*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1901) v.6.

STRENGER, C. *Between hermeneutics and science. An essay on the epistemology of psychoanalysis*. Madison, Connecticut: International Universities Press, 1994.

TAYLOR, C. *Force et sens: les deux dimensions irréductibles de l'homme*. In: Sens et Existence: en hommage a Paul Ricoeur. (Org. Gary Brent Madison) Paris: Éditions du Seuil, 1975.

WOLLHEIM, R. *As idéias de Freud*. São Paulo: Cultrix, 1974



